

ESQUERDA RETOMA AS RUAS



Reprodução mídia ninja

Manifestações contra anistia e PEC da Blindagem lotam capitais e forçam recuo de Hugo Motta, que admite ser hora de tirar de pauta projetos tóxicos rejeitados nas ruas.

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 23 de setembro de 2025 N° 208

Esquerda nas ruas: Motta classifica pautas da Anistia e da Blindagem como “tóxicas”

ONU 2025: Lula defende democracia e combate à fome; leia discurso completo

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára

be, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura

Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando

Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,

José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís

Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges

Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,

Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,

Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Já está disponível para compra o novo livro do jornalista e dirigente político Alberto Cantalice.

Intitulada Qual socialismo? A busca incessante por uma nova utopia, a obra faz uma análise profunda sobre os caminhos da esquerda no Brasil e no mundo, resgatando experiências históricas e propondo reflexões para o futuro do campo progressista.



Publicado pela Hucitec Editora, o livro pode ser adquirido diretamente no site da editora e na Amazon.

» PROGRAMA Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA



ACOMPANHE : [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores





POVO NAS RUAS

Milhares ocuparam as ruas no Brasil e no exterior contra a anistia e a PEC da Blindagem. A mobilização popular e cultural marcou a retomada da esquerda às ruas e reforçou a defesa da democracia. **pág. 04**

CAPA

Esquerda nas ruas faz Câmara recuar e Motta classifica pautas da Anistia e da Blindagem como “tóxicas”

pág. 04

Em ato na Paulista, Edinho diz que Congresso tem que entender as pautas do povo

pág. 07

Chico, Caetano e Gil voltam a se reunir em ato pela democracia

pág. 08

Mobilização internacional: Brasileiros no exterior organizam atos em defesa da democracia

pág. 10

Imprensa internacional destaca mobilização do 21 de setembro contra anistia no Brasil

pág. 11

O que é a Lei da Anistia? Entenda o que diz o projeto que

pretende perdoar golpistas

pág. 13

BRASIL

35 anos do SUS: rede que atende 76% da população e realiza 2,8 bilhões de atendimentos por ano

pág. 15

Do textão ao trending: como a esquerda avança na disputa das redes

pág. 17

ECONOMIA

Dólar fecha no menor nível em 15 meses após tom diplomático de Trump e Lula

pág. 19

POLÍTICA

Governadores de direita aceleram privatizações mesmo com estatais batendo recorde de lucros

pág. 20

Em parceria com o Sesc, FPA lança 3ª edição de pesquisa sobre vida das mulheres

pág. 22

Dois dias após manifestações, Hugo Motta barra Eduardo Bolsonaro na liderança da Minoria

pág. 24

CPMI do INSS: Bancada do PT aponta elo de fraudes com bolsonarismo

pág. 25

Ocupar as ruas por mais democracia e com novos atores

pág. 26

ARTIGO DO LÍDER

O recado das ruas aos golpistas

pág. 28

CULTURA

Entrevista: Alberto Cantalice lança livro e discute os caminhos de uma nova Utopia em “Qual socialismo?”

pág. 30

INTERNACIONAL

ONU 2025: Lula defende democracia e combate à fome; leia discurso completo

pág. 32

Extrema direita mobiliza Londres e Glasgow em protestos anti-imigração

pág. 36

Austrália, Canadá e Reino Unido reconhecem Estado da Palestina em ação conjunta antes da ONU

pág. 37



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Esquerda nas ruas faz Câmara recuar e Motta classifica pautas da Anistia e da Blindagem como “tóxicas”

Manifestações de 21 de setembro levaram centenas de milhares às ruas em todo o Brasil contra a anistia e a PEC da Blindagem, recolocando a esquerda no centro da cena política

Guto Alves

Manifestações convocadas por frentes populares, movimentos sociais, centrais sindicais, partidos de esquerda e artistas levaram centenas de milhares de pessoas às ruas, em to-

das as capitais e dezenas de cidades do Brasil, no domingo (21), para rejeitar duas das propostas mais polêmicas em tramitação no Congresso: o Projeto de Lei 5.836/2023, que trata da anistia a condenados por tentativa de golpe de Estado, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro - sentenciado pelo STF no último dia 11 de setembro a 27 anos de prisão - e a Proposta de Emenda à Cons-

tituição (PEC) 28/2023, conhecida como PEC da Blindagem, que restringe a abertura de ações penais contra parlamentares.

Os dois projetos avançaram na Câmara em votações relâmpago na semana passada, com a aprovação do regime de urgência no fim da noite, sem debate público e sob forte articulação do bolsonarismo e do Centrão. A reação das ruas não tardou. Já na segun-

da-feira (22), o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), admitiu que “é o momento de tirar da frente todas essas pautas tóxicas” e focar em medidas que “beneficiem o povo”, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

Diferentemente dos atos bolsonaristas que marcaram o ciclo recente da extrema direita, organizados em motociatas ou grandes comícios com governadores aliados e militares no palanque, os protestos do dia 21 foram essencialmente civis, pacíficos e com forte presença de artistas.

Em Copacabana, no Rio, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque deram o tom cultural da mobilização, enquanto, em São Paulo, a Avenida Paulista reuniu mais de 42 mil pessoas, segundo o Monitor do Debate Político da USP. Nas redes, militantes contestam os números, comparando imagens com outros atos parecidos e de números mais vultuosos.

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva não convocou, não discursou e tampouco subiu em palanque: acompanhou à distância e aplaudiu a mobilização popular. A palavra de ordem das ruas, estampada em cartazes e ecoada em coro, foi a mesma de Brasília às capitais do interior: “sem anistia”.

Espetáculo da democracia

Nesta segunda-feira (22), o presidente Lula da Silva afirmou que os protestos que levaram milhares de pessoas às ruas neste domingo contra a PEC da Blindagem e a proposta de anistia a envolvidos em atos golpistas foram “espetáculo da democracia”.

“Quero saudar todos os artistas que se uniram ontem a dezenas de milhares de pessoas nas ruas de todo o Brasil para defender a justiça e lutar contra a impunida-

de e a anistia”, afirmou Lula.

O presidente comparou os atos de domingo (21) a outros movimentos populares históricos pela redemocratização e as Diretas Já, movimento que teve como objetivo a retomada das eleições diretas ao cargo de presidente da República, durante a ditadura militar.

“Isso nos traz a lembrança dos anos 70, durante a redemocratização, quando suas vozes [dos artistas] se somaram à voz de uma população que clamava pela liberdade. E das Diretas Já, nos anos 80, quando entoaram ao lado do povo o grito pelo direito de votar para presidente. Essa é a maior de todas as artes: o espetáculo da democracia”, apontou o presidente.

As capitais registraram grandes concentrações ao longo do dia. Em São Paulo, o Monitor do Debate Político no Meio Digital (USP) e a ONG More in Common estimaram 42,4 mil pessoas na Avenida Paulista. No Rio, 41,8 mil se reuniram em Copacabana para um “ato musical” que reuniu Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque e Djavan, entre outros.

Ao todo, foram registrados atos em 33 cidades, com palavras de ordem contra a anistia e a PEC da Blindagem. Em Brasília, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Natal, Manaus, Belém, Porto Alegre

e outras capitais, os cortejos misturaram música, cartazes e faixas em defesa da democracia.

Cultura em primeiro plano: protagonismo civil

Em Copacabana, sem palanques de políticos, a cena foi tomada pela música e por manifestações artísticas. Caetano classificou a mobilização como resposta aos “horrores” que cercam a agenda de retrocessos; Ivan Lins chamou a PEC da Blindagem de “a maior cara de pau da história”.

Na Paulista, sindicatos, coletivos estudantis e movimentos de moradia dividiram espaço com famílias, jovens, profissionais liberais e trabalhadores. Havia verde-amarelo, vermelho, branco e azul - e um denominador comum: adesivos e faixas de “Sem anistia” e “Congresso inimigo do povo”.

Em Salvador, Daniela Mercury e o ator Wagner Moura puxaram o coro; em BH, Fernanda Takai ocupou a Praça Raul Soares; em Brasília, o cortejo saiu do Museu Nacional rumo ao Congresso.

Opinião pública e os recuos de Motta

Levantamento Datafolha da última semana indica que 54% dos



Após protestos, presidente da Câmara sinaliza recuo sobre PEC da Blindagem e anistia: ‘pautas tóxicas’

Reprodução



brasileiros são contra anistiar Jair Bolsonaro; 39% são a favor. No governo, os trackings internos do domingo (21) captaram melhora pontual de humor nas redes e leve avanço na avaliação do presidente frente à desaprovação, um efeito imediato atribuído aos atos.

Há, contudo, divergência com pesquisas de série como a Quaest, que na semana anterior mantinha a aprovação estável (46%) e desaprovação em 51%. Ainda assim, o recado político do 21/9 é inequívoco: há maioria social contrária à anistia e sensível a medidas econômicas de impacto popular, como a faixa de isenção do IR e o combate a privilégios.

Um dia após as manifestações, Hugo Motta reconheceu o desgaste e defendeu “destravar” a agenda econômica (IR até R\$ 5 mil, reforma administrativa e segurança pública).

No Senado, o presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), pautou a PEC da Blindagem para quarta-feira (24) com a expectativa de rejeição, posição já antecipada por ele e pelo relator, Alesandro Vieira (MDB-SE).

No tabuleiro da anistia, o relator Paulinho da Força (Solidariedade-SP) tenta empurrar uma

Datafolha
mostra que 54%
da população
rejeita anistia
para Bolsonaro e
aliados golpistas

“saída intermediária”: reduzir penas, sem perdão amplo, movimento que enfrenta resistência no Supremo e resistência social nas ruas.

Diferenças de natureza: de motocicletas a atos cívico-culturais

Os protestos de 21/9 contrastam com a estética e o método das mobilizações pró-Bolsonaro: em vez de comícios centrados em fi-

guras políticas e aparato de campanha, prevaleceu o formato de festival cívico com artistas, coletivos e frentes populares (Brasil Popular e Povo sem Medo) articulando uma pauta clara: sem anistia para crimes contra a democracia e sem blindagem para parlamentares.

A iconografia também mudou: a bandeira do Brasil foi ressignificada ao lado de símbolos da cultura popular; jovens voltaram a protagonizar os atos, com criatividade e linguagem de redes.

Narrativa em disputa, ruas em alta

A repercussão dos números impressionou até adversários: relatos de bastidores apontam surpresa entre lideranças bolsonaristas, que adotaram a estratégia de minimizar a adesão. Ainda assim, o tamanho das concentrações em SP e RJ e a capilaridade nacional ampliaram a pressão sobre o Congresso. Lula, em nota e posts, qualificou o 21/9 como “espetáculo da democracia” e cobrou foco em “medidas que tragam benefícios ao povo”, alinhando o Planalto ao recado das ruas sem apropriar-se da convocação.

O curto prazo será decidido no Senado: a tendência é travar ou derrubar a PEC da Blindagem na CCJ; no plenário, líderes como MDB e PSD já sinalizam voto contrário.

Na Câmara, o presidente promete pautar a isenção do IR na semana seguinte e reduzir a temperatura da “pauta tóxica”. No campo da anistia, qualquer tentativa de contornar decisões do STF, seja por perdão amplo, seja por “dosimetria” oportunista, encontrará resistência jurídica e política. Com as ruas reacendidas, a mensagem é cristalina: democracia não se negocia - e a agenda social volta ao centro do debate. ■



Edinho Silva, presidente do PT, discursa em ato contra a anistia em São Paulo

Isabela Conzi/Agência PT

Em ato na Paulista, Edinho diz que Congresso tem que entender as pautas do povo

Presidente do PT alertou que o Congresso deve priorizar agenda de melhorias para a população, como a redução da jornada de trabalho, pois temas como a anistia para golpistas se torna “fermento de mobilizações”

Agência PT

O presidente do PT, Edinho Silva, participou do ato contra a anistia aos golpistas que ocorreu na Avenida Paulista, em São Paulo, neste domingo (21). Edinho chegou no local por volta das 14 horas, quando teve início a manifestação que lotou vários quarteirões do centro da cidade. Os atos aconteceram também em diversas capitais e cidades do interior do país.

Em discurso para a multidão em São Paulo, Edinho afirmou que o tema da anistia para os que tentaram golpe de Estado não é uma pauta do povo brasileiro.

Edinho ressaltou que a prioridade deve envolver propostas que atendam a população, como redução da jornada de trabalho e o fim das filas na saúde pública.

“As manifestações de hoje, em todo o Brasil, que caracterizam uma data histórica, dão visibilidade à indignação do povo brasileiro. A política tem que traduzir o que de fato incomoda a maioria da população. O Congresso Nacional tem que pautar: a isenção do Imposto de Renda para os trabalhadores assalariados, a redução da jornada de trabalho, a PEC da segurança pública, o debate de medidas para o fim das filas na saúde pública, a universalização da educação integral e a tarifa zero para o transporte público”, disse ele.

“Ou as lideranças políticas entendem isso, ou a pauta do Congresso — anistia para golpistas e assassinos, prerrogativas etc. — será o fermento de mobilizações que só estão começando”, completou Edinho.

Edinho também citou a proposta de tarifa zero no transporte público de todo o país e outras pautas que atendem de fato os interesses do povo trabalhador. “Queremos tarifa zero para o povo brasileiro. Essa é a anistia que nós queremos. Que possamos criar unidade neste país e mostrar que o povo vai impor sua agenda no Congresso Nacional. Não queremos anistia para golpistas e assassinos. É o povo na rua construindo a agenda do Brasil”, disse. ■



Chico, Caetano e Gil voltam a se reunir em ato pela democracia

Trio de artistas revive, em Copacabana, memória de resistência e envia recado contra a PEC da Blindagem

Henrique Nunes

Quase seis décadas depois de dividirem palcos e manifestações contra a ditadura militar, Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil voltaram a se encontrar em um ato político neste domingo (21), em Copacabana. O evento, que reuniu cerca de 40 mil pessoas, foi marcado por críticas à PEC da Blindagem — proposta que restringe a possibilidade de investigação e julgamento de parlamentares e que já ganhou o apelido de “PEC da Blindagem”.

Também se apresentaram Maria Gadu, Marina Sena, Lenine, Djavan, Paulinho da Viola, Pre-

tinho da Serrinha, Frejat, dentre outros. As apresentações se alternaram entre discursos e músicas que marcaram a trajetória da MPB como trincheira da resistência, entre elas Cálice, entoada por Chico e Gil em coro com a multidão.

“Essa proposta não é blindagem, é cumplicidade. Não podemos aceitar retrocessos em nome de interesses de poucos”, disse Caetano Veloso. Gilberto Gil reforçou que “a democracia precisa ser cuidada todos os dias”, lembrando que o país já enfrentou momentos semelhantes de ameaça institucional.

Chico Buarque, emocionado, destacou a importância da mobilização popular diante de projetos que fragilizam o Judiciário e ali-

mentam a impunidade.

Organizado por entidades da sociedade civil e movimentos sociais, o protesto também contou com a presença de parlamentares contrários à PEC. Segundo levantamento do projeto Debate Político no Meio Digital, da USP, mais de 41 mil pessoas acompanharam o ato pela internet - números contestados por manifestantes presentes, nas redes.

A repercussão chegou rapidamente ao Congresso: 51 senadores já declararam posição contrária à proposta, número suficiente para barrar sua aprovação.

Ecos de 1968 e o novo ciclo democrático

A cena dos três artistas juntos

2025**1968**

Reprodução/Mídia Ninja

Chico, Caetano e Gil voltam às ruas contra a PEC da Blindagem e em defesa da democracia

em Copacabana resgatou a memória do Comício dos 100 Mil, em 26 de junho de 1968, também no Rio. Naquele ato histórico, Chico, Caetano e Gil estiveram ao lado de estudantes, intelectuais e trabalhadores em protesto contra a violência da ditadura, semanas após o assassinato do secundarista Edson Luís. A fotografia dos três no palanque tornou-se um marco da resistência cultural e política. Meses depois, o AI-5 levaria Caetano e Gil à prisão e ao exílio, enquanto Chico enfrentava censura e perseguição no Brasil.

A trajetória dos três se con-

funde com a história política do país. Nos anos 1970, mesmo sob repressão, suas músicas circularam em fitas clandestinas, rádios e palcos alternativos, mantendo viva a chama da contestação. Canções como Apesar de Você, de Chico, Cálice, de Chico e Gil, e É Proibido Proibir, de Caetano, tornaram-se hinos de liberdade e enfrentamento.

Em 2025, a volta deles às ruas ocorre em um cenário distinto, mas com ecos do passado. O avanço de pautas autoritárias, como a anistia aos condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023 e a PEC da

Blindagem, reacendeu o temor de retrocessos democráticos.

O reencontro de Chico, Caetano e Gil na orla de Copacabana não foi apenas celebração musical. Foi um recado político claro: a democracia brasileira segue sendo um projeto em construção, vulnerável a ameaças, mas fortalecida cada vez que a sociedade ocupa as ruas.

Para as diferentes gerações reunidas no ato, a cena dos três lado a lado a outros artistas reafirmou que a cultura, quando se alia à política, continua sendo uma das vozes mais potentes na defesa da liberdade. ■



Mobilização internacional: Brasileiros no exterior organizam atos em defesa da democracia

Fernanda Otero

Brasileiras e brasileiros dentro e fora do país se uniram neste 21 de setembro em defesa da democracia, em sintonia com as manifestações que lotaram as ruas de todas as capitais no Brasil. No mesmo dia em que milhares ocuparam avenidas e praças contra a anistia a golpistas e a PEC da Blindagem, comunidades no exterior também levantaram suas vozes para reforçar que a luta pela justiça e pela soberania não conhece fronteiras.

“Que nossas vozes ecoem além das fronteiras, a democracia brasileira não está sozinha”, dizia o chamado do grupo Brasileiros

Emigrados.

Em Lisboa, ocorreu um ato espontâneo com a hashtag #SemAnistiaParaGolpistas, que contou com a presença da militância petista e apoiadores em defesa da democracia e da soberania brasileira.

Na capital francesa, brasileiras e brasileiros se reuniram no Square Marielle Franco, espaço batizado em homenagem à vereadora assassinada no Rio de Janeiro durante a intervenção federal, comandada por Braga Netto. O local foi escolhido como símbolo de resistência.

Cristina Gabas, moradora de Paris desde a década de 1970, destacou a importância da mobilização popular como ferramenta de pressão política, citando Ulisses Guimarães: “a única coisa que

o político teme é o povo na rua”. Para ela, os atos realizados em todas as capitais do Brasil inspiraram a comunidade no exterior.

O evento em Paris não se restringiu ao Núcleo do PT: também participaram grupos como Leituras de Paulo Freire e Memória da Resistência na França, além de brasileiros que estavam de passagem pela cidade e se juntaram ao protesto ao saber do ato.

Além de Lisboa e Paris, houve registros de manifestações em outros países, como Inglaterra e Estados Unidos. Os brasileiros no exterior também organizaram um abaixo-assinado internacional em defesa da democracia, traduzido em espanhol e inglês, aberto a adesões de cidadãos de todo o mundo. ■



Imprensa internacional destaca mobilização do 21 de setembro contra anistia no Brasil

Manifestações contra a anistia e a PEC da Bandidagem ecoaram na imprensa internacional, que destacou a vitalidade democrática, a força popular e o incômodo ao Congresso

Focus Brasil - Colaborou
Kriska Carvalho

Protestos contra a anistia e a PEC da Bandidagem ganharam espaço na imprensa internacional. Analistas destacam a força da mobilização popular, a participação da juventude e o incômodo causado ao Congresso e à direita brasileira.

As manifestações do dia 21 de setembro não ficaram restritas ao território brasileiro. O mundo acompanhou com atenção o

movimento que levou centenas de milhares às ruas, em todas as capitais e diversas cidades do interior, para protestar contra a chamada “PEC da Bandidagem”, contra a anistia a golpistas e pela urgência da isenção do Imposto de Renda.

Manchetes lá fora: democracia em xeque

Veículos internacionais como Reuters, Associated Press e The Guardian deram destaque às mobilizações, tratando-as como uma reação direta do povo brasileiro a iniciativas que poderiam fragili-

zar a responsabilização de políticos e ex-presidentes. Para a Reuters, tratou-se de um recado claro ao Congresso e às forças políticas que buscam blindar Jair Bolsonaro e aliados.

A Associated Press ressaltou o caráter nacional dos protestos, com adesão em estados sem histórico de grandes mobilizações progressistas, como Goiânia e Curitiba. Já o The Guardian apontou a presença marcante de artistas e intelectuais, entre eles Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque, que deram um tom cultural e simbólico à defesa da democracia.



“As ruas brasileiras falaram alto — e o mundo escutou”, resumiu um colunista do The Guardian.

Vitalidade democrática e riscos institucionais

Especialistas estrangeiros chamaram atenção para a vitalidade democrática expressa nos atos. O professor Mark Weisbrot, colunista em Washington, afirmou que a mobilização “mostra que a sociedade brasileira não apenas vota, mas cobra e pressiona seus representantes de forma ativa, um sinal de maturidade democrática”.

Por outro lado, jornais europeus como El País alertaram para os riscos institucionais que pairam sobre o Brasil caso avancem propostas de anistia ou blindagem parlamentar. “Não se trata apenas de um debate interno, mas de um teste sobre até onde pode ir o compromisso brasileiro com os direitos humanos e com o Estado de Direito”, escreveu o jornal espanhol.

O desconforto da direita e da mídia tradicional

Assim como no Brasil, parte da imprensa internacional percebeu a tentativa de setores da direita de minimizar a força das manifestações. “Os jornalões brasileiros reconheceram os protestos, mas não sem relativizá-los, numa evidente demonstração de incômodo”, avaliou o cientista político argentino Ricardo Forster em entrevista à Página/12.

Uma mensagem que atravessa fronteiras

O gesto simbólico de estender a bandeira do Brasil no lugar onde bolsonaristas exibiram a dos Estados Unidos também repercutiu fora do país. Para o jurista português José Manuel Pureza, “foi um ato de soberania e de reapropriação da identidade nacional, um

recado não apenas para dentro, mas para o mundo: o Brasil é do seu povo, não de projetos autoritários”.

Um Brasil de novo no mapa político global

A repercussão internacional reforça que o dia 21 não foi apenas mais um protesto, mas um episódio que recoloca o Brasil como protagonista no debate sobre democracia e instituições. Se, internamente, os atos deram novo fôlego à esquerda e à juventude, externamente projetaram a imagem de um país cuja sociedade civil não aceita retrocessos em silêncio.

“Políticos temem eleições, mas também temem o olhar do mundo”, resumiu um colunista do The Guardian. No domingo, ficou claro que as ruas brasileiras falaram alto — e o mundo escutou. ■



O que é a Lei da Anistia? Entenda o que diz o projeto que pretende perdoar golpistas

Listamos cinco fatos que você precisa saber sobre o Projeto de Lei que pretende livrar Bolsonaro da prisão

O debate sobre a Lei da Anistia voltou ao Congresso Nacional após a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Parlamentares ligados ao bolsonarismo apresentaram projetos de lei que tentam ampliar a anistia para incluir crimes cometidos durante e após seu governo, numa tentativa de blindagem legal.

Na última semana, a Câmara aprovou a urgência do projeto, o que acelera a tramitação e permite que ele seja analisado com prioridade nas comissões e, posteriormente, em plenário.

A aprovação da urgência reacendeu críticas de juristas, movimentos de direitos humanos e partidos de oposição, que enxergam a medida como um risco à democracia e à responsabilização por crimes políticos recentes.

Agora, o projeto seguirá para análise nas comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado antes de ir a plenário, podendo ainda ser contestado judicialmente no STF caso seja aprovado.

Para os defensores da anistia de Bolsonaro, a proposta seria um “perdão político” e uma forma de evitar punição por ações e decisões polêmicas tomadas durante seu governo. Para críticos, porém, a anistia para crimes recentes representa um retrocesso grave, ameaçando princípios constitucionais e mecanismos de responsabilização do Estado brasileiro.

O debate também tem repercussão internacional. Organismos de direitos humanos e governos estrangeiros acompanham o caso, atentos ao risco de retro-

cesso democrático no Brasil. Nos próximos meses, a tramitação do projeto promete ser um dos pontos centrais de tensão política, mobilizando defensores da Constituição e da democracia contra qualquer tentativa de impunidade.

1. A origem da Lei da Anistia

A Lei nº 6.683, de 1979, foi criada durante a ditadura militar para permitir a volta de exilados políticos e libertar presos do regime. No entanto, também beneficiou agentes do Estado acusados de tortura e assassinatos, um legado que até hoje gera críticas de juristas e movimentos de direitos humanos. A lei nasceu em um contexto autoritário e sua aplicação sempre foi controversa, especialmente por favorecer os responsáveis pela repressão.

2. O que a lei prevê

Originalmente, a lei concede perdão a crimes políticos e conexos cometidos entre 1961 e 1979, contemplando tanto opositores da ditadura quanto militares e policiais acusados de violações de direitos humanos. Hoje, parlamentares bolsonaristas querem reinterpretar a lei ou criar uma nova versão para incluir crimes cometidos por Bolsonaro e aliados, ampliando de forma inédita o alcance da anistia. Até agora, a urgência do projeto foi aprovada na Câmara, mas ele ainda precisa passar pelas comissões e votação em plenário.

3. Porquê ela continua em debate

Movimentos de direitos humanos e juristas afirmam que crimes como tortura, desaparecimento forçado e atentados contra a democracia não podem ser anistia-

dos, por serem imprescritíveis segundo o direito internacional. O STF já decidiu, em 2010, manter a lei original, mas a discussão ressurgiu diante das tentativas de usá-la para proteger crimes recentes. Caso avance, o projeto será debatido nas comissões de Constituição e Justiça antes de ir a plenário, com forte risco de veto judicial.

4. A ligação com o caso Bolsonaro

Bolsonaro foi condenado pelo STF por tentativa de golpe de Estado, crimes contra a ordem democrática e participação em organização criminosa. Seus aliados tentam aprovar uma anistia que poderia incluí-lo, mas até agora o projeto só teve a urgência aprovada na Câmara. Ele ainda precisa passar por comissões e votação em plenário, e mesmo que avance, poderá enfrentar forte resistência no STF, questionando sua constitucionalidade.

5. O que pode acontecer daqui para frente

Especialistas alertam que qualquer anistia para crimes recentes enfrentará oposição intensa da sociedade civil, do Judiciário e da comunidade internacional. Já houve manifestações contrárias à medida durante o 7 de setembro, quando grupos de movimentos sociais e políticos se mobilizaram contra qualquer tentativa de anistia para Bolsonaro. Nos próximos meses, novos atos de protesto podem acontecer à medida que o projeto avance pelas comissões e vá a plenário. Mesmo com aprovação legislativa, há grande chance de contestação judicial, e defensores da democracia devem continuar mobilizados para impedir retrocessos e garantir que crimes contra o Estado de Direito não fiquem impunes. ■



Reprodução

Sistema Único de Saúde do Brasil: presente nas unidades de saúde e em diversas ações de prevenção e cuidado ao povo brasileiro há 35 anos Foto: Reprodução Ministério da Saúde

35 anos do SUS: rede que atende 76% da população e realiza 2,8 bilhões de atendimentos por ano

Com 3,5 milhões de profissionais e 2,8 bilhões de atendimentos anuais, o SUS chega aos 35 anos reafirmado como patrimônio social e orgulho do Brasil

Redação Focus Brasil

Na semana em que o presidente levou ao mundo, na ONU, a mensagem de que a única guerra justa é contra a fome e a pobreza, o Brasil também comemora outro marco civilizatório: os 35 anos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Criado a partir da Constituição de 1988 e regulamentado em 1990, o SUS tornou-se um dos maiores sistemas públicos de saúde do planeta, referência pela universalidade e gratuidade. É dele que dependem diretamente 76% da população brasileira, em um total de 2,8 bilhões de atendimentos por ano, realizados por 3,5 milhões de profissionais.

“O SUS é motivo de orgulho: nenhum outro país com mais de

100 milhões de habitantes tem um sistema universal capaz de oferecer atendimento gratuito a todos”, escreveu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas redes sociais.

Lula destacou investimentos recentes do governo, como a expansão do Mais Médicos, a retomada do Brasil Sorridente, o reforço do Farmácia Popular e o lançamento do programa Agora Tem Especialistas.



Um divisor de águas na saúde

Antes do SUS, apenas trabalhadores formais tinham acesso garantido a hospitais públicos. Para a maioria da população, restava pagar ou depender da caridade. O sistema rompeu essa lógica excludente e se consolidou como política de Estado, levando saúde a todas as regiões do país.

A Estratégia Saúde da Família, lançada em 1994, revolucionou o atendimento primário e hoje está presente em áreas urbanas, rurais, comunidades indígenas e até territórios fluviais. O SUS também se firmou como a maior rede pública de transplantes do mundo: só em 2024 foram mais de 30 mil procedimentos.

Histórias de vida salvas

A trajetória do sistema é marcada por histórias que traduzem sua importância. Robério Melo, de Brasília, sobreviveu após um transplante de fígado em 2017. “Eu renasci. O SUS me devolveu a vida. Hoje dedico minha trajetória a mostrar que doar órgãos é doar vida”, afirmou.

Na pandemia de Covid-19, a rede pública foi decisiva para salvar vidas. “Mesmo com hospitais

**“O SUS nasceu da
luta do povo por
direitos. Cresceu,
sobreviveu a
ataques e hoje
é referência
mundial em
saúde pública
gratuita e
universal”**

lotados, fui tratado com atenção e o SUS me salvou”, lembra Rodrigo Silva, de Minas Gerais. A técnica de enfermagem Ana Célia, do Piauí, resume o sentimento de milhões de brasileiros: “Confiança e acolhimento. É no SUS que encontro cuidado para mim e para meu filho”.

Emergências e desafios

Da tragédia da Boate Kiss às enchentes do Rio Grande do Sul, passando pela crise humanitária Yanomami, o SUS mostrou sua capacidade de resposta rápida em situações de emergência. A rede também mantém o maior programa público de vacinação da América Latina, responsável por conquistas como a erradicação da poliomielite e, mais recentemente, o pioneirismo na oferta da vacina contra a dengue.

Futuro em construção

O fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde busca reduzir a dependência externa e garantir que até 70% das necessidades do SUS sejam produzidas no Brasil nos próximos dez anos. Programas como o Novo PAC Saúde também expandem a rede com novas UBS, maternidades, policlínicas, unidades móveis e ambulâncias do SAMU.

Aos 35 anos, o SUS mostra que vai muito além de hospitais: está no copo de água potável, na segurança alimentar, na regulação de medicamentos e na prevenção de epidemias. É política pública que salva vidas diariamente e se mantém como o maior patrimônio social do Brasil. ■



Do textão ao trending: como a esquerda avança na disputa das redes

Pesquisas e episódios recentes mostram que a esquerda brasileira aprendeu a disputar as redes, conquistando engajamento em pautas como a escala 6×1, a isenção do IR e a defesa da democracia

Henrique Nunes

Pesquisas e episódios recentes mostram que o campo progressista está ganhando fôlego no ambiente digital, aprendendo a

disputar a atenção e até vencer debates antes dominados pela extrema direita.

Por muito tempo, a esquerda brasileira foi criticada por não compreender a lógica das redes sociais. Enquanto a extrema direita explorava os algoritmos com polêmicas, frases de efeito e

desinformação, parte do campo progressista ainda tratava a comunicação digital como algo secundário.

Isso começou a mudar. Pesquisas recentes e casos concretos mostram que a esquerda não apenas entendeu a importância do debate online, mas vem con-

quistando vitórias relevantes — sinal de que está no caminho certo para disputar de forma mais equilibrada a atenção da sociedade.

“Historicamente, a esquerda sempre defendeu pautas concretas na rua. Mas faltava essa concretude quando a principal arena de debate virou as redes sociais. E, neste ano, o tom foi finalmente acertado”, avalia a especialista em marketing político Martha Romano, da agência Caê.

Para ela, temas como o fim da escala 6×1 e o imposto de renda zero para quem ganha até R\$ 5 mil conseguiram furar a bolha ideológica e mobilizar pessoas que até então não se viam representadas pelo discurso progressista.

Um estudo da Nexus – Pesquisa e Inteligência de Dados em parceria com a CNN Brasil reforça esse movimento: no debate sobre a escala 6×1, 67% das publicações nas redes sociais foram favoráveis à proposta, chegando a 87% no X (ex-Twitter) e 86% no TikTok.

Outro levantamento, feito pelo Projeto Brief em parceria com a Swayable, mostrou que 70% da população apoia a mudança, com adesão que vai muito além dos eleitores de esquerda. É um exemplo claro de quando uma pauta socialmente concreta transforma a forma como a esquerda é percebida.

Quando a esquerda venceu o debate

A consolidação desse novo cenário também apareceu em momentos de crise. Após as medidas cautelares do ministro Alexandre de Moraes contra Jair Bolsonaro, em 2025, a esquerda conseguiu dominar os trending topics da rede X.

A expressão “Chuva de Lula” ultrapassou 1 milhão de menções e “Democracia Sempre” chegou a 411 mil, superando a reação bolsonarista em volume de engaja-

mento. Foi uma demonstração de força que quebrou a narrativa da direita em um momento decisivo.

“Tem um pessoal da extrema direita que é muito criativo. Eles estudam como as plataformas funcionam e usam isso dentro do discurso deles. O que a gente tem que fazer é a mesma coisa: dominar as plataformas, testar formatos e ousar”, reforça Martha Romano. Para ela, ousadia não precisa ser confundida com radicalização: “É possível ser criativo, ágil e até usar humor, mas sem repetir as mesmas armas da extrema direita”.

**“É possível ser
criativo, ágil e
até usar humor,
mas sem repetir
as mesmas
armas da
extrema direita”,
afirma Martha
Romano.**

Influenciadores de esquerda para ficar de olho

O avanço também passa por influenciadores digitais que conquistaram espaço com linguagem própria. A historiadora Laura Sabino, por exemplo, reúne mais de 450 mil seguidores no Instagram e 215 mil no YouTube. Perfis como @esquerdapensante (200 mil se-

guidores) e @sempreesquerda13 (125 mil) têm mostrado forte engajamento, especialmente no Instagram.

Já o comediante Tiago Santinelli cresceu de 388 mil para mais de 800 mil inscritos no YouTube em 2023 ao satirizar adversários da esquerda com humor ácido. No campo político, a deputada Erika Hilton aparece entre as lideranças com maior engajamento no Instagram, com média de 178 mil interações por post, segundo relatório da Zeeng.

“Percebo que ainda tem muita liderança que foca no ‘textão’, num formato que funcionava nos anos 1980. Nas redes, a linguagem é outra e precisamos saber nos adaptar”, conclui Martha Romano.

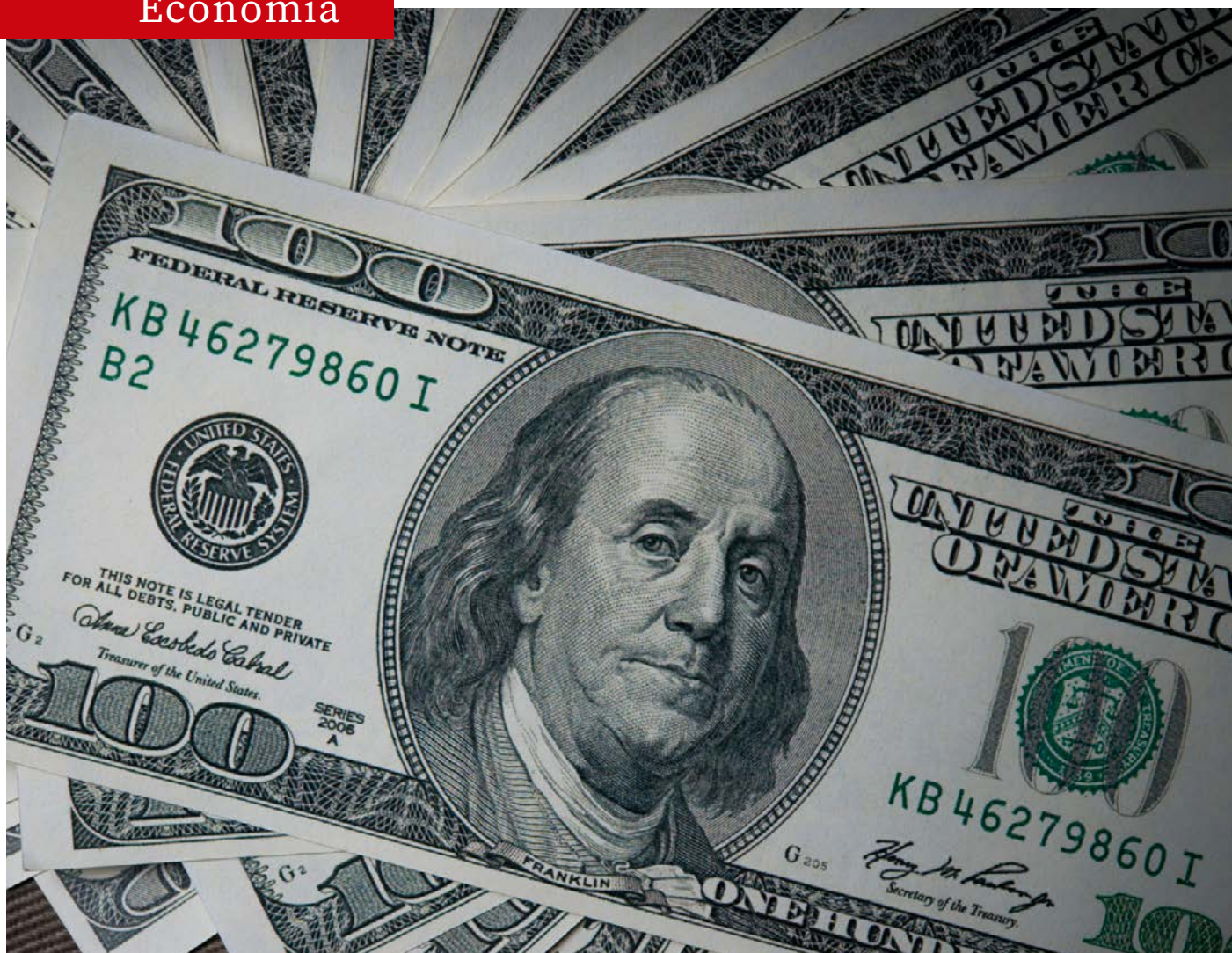
Os dados mostram que a esquerda não apenas compreendeu a importância da disputa digital, mas também começa a colher frutos dessa mudança de postura. O caminho é longo, como lembram especialistas, mas a trajetória recente indica que o campo progressista deixou de apenas reagir e passou a pautar. E, em uma sociedade cada vez mais conectada, isso pode fazer toda a diferença.

Momentos em que a esquerda venceu nas redes

Escala 6×1 — estudo da Nexus/CNN Brasil mostrou que 67% das publicações foram favoráveis à proposta, chegando a 87% no X e 86% no TikTok.

Medidas contra Bolsonaro — após decisão de Alexandre de Moraes, hashtags como “Chuva de Lula” (1 milhão de menções) e “Democracia Sempre” (411 mil) superaram a reação bolsonarista.

Debate tributário — a proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil teve forte adesão e alcançou públicos além da esquerda tradicional. ■



Dólar fecha no menor nível em 15 meses após tom diplomático de Trump e Lula

Moeda americana fechou em R\$ 5,27 nesta terça-feira, 23, menor nível desde 6 de junho de 2024

Redação Focus Brasil

O dólar à vista caiu 1,11% nesta terça-feira, 23, encerrando a sessão a R\$ 5,2791, o menor nível desde 6 de junho de 2024. O movimento foi impulsionado pela “excelente química” entre Donald Trump e Luiz Inácio Lula da Silva, segundo o próprio presidente norte-americano.

O tom mais diplomático abre margem para negociações tarifárias, com expectativa de um

encontro formal na próxima semana, segundo sinalizações do Palácio do Planalto.

Além do efeito político, a valorização do real foi sustentada pela alta de mais de 1% nos contratos futuros do petróleo, após quatro sessões negativas, e pela queda nos rendimentos dos Treasuries nos EUA.

O presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, reconheceu o enfraquecimento do emprego norte-americano e reiterou a independência do banco central.

No Brasil, a ata do Copom indicou que a mediana das expec-

tativas para a inflação tem apresentado “incipiente movimento de queda”, sem abrir espaço para cortes de juros no curto prazo. Esse cenário aumenta o diferencial entre as taxas de Brasil e EUA, fortalecendo a moeda brasileira.

Na agenda econômica, a arrecadação federal de agosto somou R\$ 208,791 bilhões, abaixo da mediana prevista de R\$ 214,50 bilhões. Ainda assim, o balanço político e os sinais positivos de diálogo entre Lula e Trump foram considerados determinantes para a melhora do humor dos investidores. ■



Governadores de direita aceleram privatizações mesmo com estatais batendo recorde de lucros

A venda de empresas estratégicas reacende debate sobre perda de soberania e risco de encarecimento de serviços essenciais

Henrique Nunes

Enquanto o governo federal aposta em reestatizações estratégicas e no fortalecimento do papel do Estado, governadores de direita seguem em sentido oposto.

Em estados como Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, Paraná e São Paulo, a privatização tornou-se prioridade sob o argumento de equilibrar contas públicas, atrair investimentos e melhorar a eficiência dos serviços.

Na prática, porém, o que avança é a entrega de empresas lucrativas e estratégicas à iniciativa privada, levantando questionamentos sobre soberania e sobre o impacto direto nas tarifas pagas pela população.

Esse processo, embora não seja novo, ganhou força em gestões estaduais alinhadas à agenda liberal. Companhias de energia, saneamento e até a gestão administrativa de escolas entraram no pacote de privatizações.

A agenda enfrenta forte resistência de sindicatos, movimentos sociais e parte da oposição, que denunciam a ausência de consulta popular em decisões que afetam setores essenciais.

As justificativas apresentadas pelos governadores seguem a mesma lógica: estados endividados precisariam “enxugar a máquina” e “fazer caixa” com a venda de ativos. Para críticos, trata-se de uma política de curto prazo, que ignora o caráter estratégico dessas empresas.

Muitas delas dão lucro e poderiam financiar políticas sociais, garantindo serviços a preços acessíveis. A consequência, segundo especialistas, é o risco de perda de controle sobre áreas vitais e maior vulnerabilidade da popu-

lação diante dos interesses privados.

Lucros das estatais

O desempenho das estatais federais reforça esse contraponto. Em 2024, as 44 empresas ligadas à União lucraram R\$ 116 bilhões, investiram R\$ 96 bilhões e distribuíram R\$ 100 bilhões em dividendos. Os dados foram apresentados pela secretária de Coordenação e

**Venda de
empresas
públicas
lucrativas
contrasta com
desempenho
positivo e
investimentos
crescentes das
estatais federais.**

Governança das Estatais do Ministério da Gestão, Elisa Leonel.

Ela destacou que as estatais não dependentes, que não utilizam recursos do Orçamento da União, aumentaram os investimentos em 44% no último ano e, apenas no primeiro quadrimestre de 2025, elevaram em mais 52% os aportes em relação ao mesmo período de 2024. O desempenho confirma a relevância dessas empresas para o desenvolvimento social e para a integração regional do país.

Eduardo Leite (PSDB-RS)

Revogou em 2019 a exigência de plebiscito para privatizações e abriu caminho para a venda da CEEE (distribuição, transmissão e geração), da Sulgás e da Companhia Riograndense de Mineração (CRM). Até 2021, cerca de 20 processos de desestatização já haviam sido encaminhados.

Ronaldo Caiado (União-GO)

Avança sobre estatais como Saneago, Celg GT, Iquego, GoiásGás, GoiásTelecom e Metrobus. Em 2022, a Enel Goiás foi vendida à Equatorial Energia por R\$ 1,6 bilhão.

Romeu Zema (Novo-MG)

Defensor histórico das privatizações, tenta vender gigantes como Cemig, Copasa e Codemig. Enfrenta, porém, resistência na Assembleia Legislativa: a Constituição mineira exige plebiscito, e Zema busca aprovar uma PEC para retirar essa obrigatoriedade.

Ratinho Júnior (PSD-PR)

Criou em 2024 o programa “Parceiro da Escola”, que permite a privatização da gestão administrativa de até 204 escolas estaduais. Em consulta pública, 82 das 93 escolas que atingiram quórum rejeitaram a medida.

Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP)

Autorizou a privatização da gestão administrativa de 143 escolas estaduais por meio de PPP. O processo, suspenso em 2024 pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, foi liberado pelo STF. Críticos apontam que a medida transfere funções essenciais da educação para a iniciativa privada. ■



Em parceria com o Sesc, FPA lança 3ª edição de pesquisa sobre vida das mulheres

A percepção das entrevistadas de que a situação da mulher piorou cresceu significativamente e atingiu 28%, a maior registrada entre os levantamentos

Claudia Rocha

Nesta terça-feira (23), a Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Sesc, lançou a pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, que está em sua terceira edição.

A abordagem do levantamento é dividida em seis eixos: 1) Imagem das mulheres; 2) Corpo, sexualidade e saúde. 3) Violência contra as mulheres; 4) Proteção social e política de cuidados; 5) Trabalho remunerado e não remunerado e 6) Cultura política e participação.

A apresentação dos dados foi feita no auditório do Centro de Formação e Pesquisa do Sesc, em São Paulo, pelas pesquisadoras Vilma Bokany, que coordenou os trabalhos, e Sofia Toledo, analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da fundação, o NOPPE. A

mbas trouxeram informações no âmbito comparativo entre as duas pesquisas anteriores, que foram realizadas em 2001 e 2010.

O diretor da Fundação Perseu Abramo Carlos Árabe participou do evento e comentou que os indicadores mostram “o retrato de mais da metade da população do Brasil” e que fazer o debate a partir da estatística ajuda na compreensão da realidade.

Árabe também falou da importância da parceria com a rede Sesc que, segundo o diretor, tem uma grande afinidade editorial em “debater e conhecer o nosso país”.

Os dados

Assim como a segunda, a edição recém-lançada contou com a participação masculina, traçando também as percepções dos homens sobre as desigualdades de gênero na sociedade brasileira.

Foram ouvidas 2.440 mulheres e 1.221 homens, nas macrorregiões em 25 estados, tanto na zona urbana, quanto rural, com uso de metodologias quantitativas e qualitativas. A pluralidade de raça, escolaridade, renda familiar e



orientação sexual e de gênero de mulheres na faixa etária a partir dos 15 anos foi levada em consideração no estudo.

A terceira edição de “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado” trouxe o retrato das impressões de mulheres a partir de entrevistas realizadas no período entre 2021 e 2023.

Na visão das entrevistadas, a atual situação da mulher no Brasil piorou significativamente. Em 2001, a percepção de que a situação das mulheres no Brasil era melhor que no passado era de 65%. Em 2010, 74% das entrevistadas tinham essa opinião e, atualmente, 54% acreditam que a situação das mulheres nos dias de hoje está melhor que no passado. Uma em cada quatro avalia que há mais pontos negativos do que positivos em ser mulher.

A maternidade, listada em todas as pesquisas como ponto positivo da condição de ser mulher, registrou uma queda significativa. Em 2010, 57% das mulheres colocaram os filhos como o principal ponto positivo de suas condições;

em 2023, o índice caiu para 43%. Na lista de piores coisas da experiência feminina na sociedade, seguem: violência, machismo e desigualdades no mercado de trabalho.

O reconhecimento da importância da política entre as mulheres recuou de 80% para 70%, entre 2010 e 2023 (a classificação de que a política é “muito importante” recuou de 52% para 47%), enquanto a não importância atribuída à política subiu de 17% para 24% no período. No mapeamento, foi identificada a participação política feminina, principalmente, a partir de associações de bairro e em pautas ligadas às temáticas de saúde e educação.

Sobre a presença da mulher no mercado de trabalho, foi observada uma renda salarial 40% inferior na comparação com os homens. A informalidade e a falta de renda segue maior entre as mulheres.

Políticas Públicas, participação e diálogo

Três referências no campo da

pesquisa e das políticas públicas voltadas às mulheres, Laís Abramo (secretária nacional de Cuidados e Família), Livia Sant’Anna Vaz (promotora de justiça do Ministério Público da Bahia e escritora) e Jaqueline Teixeira (doutora em Antropologia pela USP, onde coordena pesquisas a partir do recorte das mulheres negras e evangélicas) participaram do evento com comentários.

“Os dados são fundamentais para a elaboração de políticas públicas”, diz Laís Abramo. De acordo com a gestora do governo federal, “a organização dos cuidados no Brasil é injusta e desigual, baseada, principalmente, no trabalho não remunerado das mulheres dentro de casa”, explica.

Laís Abramo destaca o número de horas que as mulheres passam em tarefas de cuidados, seja de crianças, idosos ou da casa, e que, quando o trabalho é exercido fora do âmbito familiar ele é feito por uma mulher em situação precarizada. “Isso que queremos colocar no centro da política pública com a Política Nacional de Cuidados”, afirma.

A promotora Livia Sant’Anna Vaz pontua que a raça segue como principal marcador de desigualdades, que perpassam todas as áreas da vida social, desde o nascimento até a morte. Neste sentido, ela diz que “a interseccionalidade é muito importante para a produção de políticas públicas”. “Nós, mulheres negras, somos o maior segmento social no Brasil e nos espaços de poder quase não existimos”, destaca a promotora.

A pesquisadora Jacqueline Teixeira trouxe relatos de sua pesquisa com mulheres negras e evangélicas a partir da relação delas com diversos temas, entre eles, o feminismo. E ressaltou a importância da apresentação dos dados. “Essa pesquisa ajuda a gente a mapear a cartografia das possibilidades de diálogos”. ■



Dois dias após manifestações, Hugo Motta barra Eduardo Bolsonaro na liderança da Minoria

Decisão do presidente da Câmara impede Eduardo Bolsonaro, ausente do país há oito meses, de assumir a liderança da oposição

Agência Brasil

O presidente da Câmara, Hugo Motta, barrou a indicação de Eduardo Bolsonaro, do PL de São Paulo, da liderança da Minoria. Ele havia sido indicado como líder na semana passada, mesmo morando nos Estados Unidos desde fevereiro.

O entendimento do presidente da Casa foi o de que, primeiro: um afastamento não comunicado à Presidência da Câmara não pode ser considerado uma missão autorizada. E, segundo: a ausência física de Eduardo Bolsonaro do Brasil o impede de exercer atividades essenciais da função de forma remota, como orientação de bancada, atuação em plenário e uso de tempo de líder.

A Constituição e o Regimento Interno da Câmara determinam que parlamentares ausentes em mais de um terço das sessões da Casa sem estar de licença ou missão autorizada, devem perder o mandato. Eduardo Bolsonaro está morando nos Estados Unidos há oito meses. No último dia 16, o PL indicou o parlamentar para líder da minoria como uma forma dele preservar o mandato mesmo estando fora.

Hoje, o Conselho de Ética se reúne para definir a situação dele, que pode perder o mandato. É uma ação do PT que acusa Eduardo de estar trabalhando “de forma reiterada contra as instituições brasileiras”. Na reunião desta tarde, o Conselho vai instaurar o processo e escolher o relator a partir de uma lista tríplice.; Conselho de Ética define hoje processo que pode levar à cassação. ■

CPMI do INSS: Bancada do PT aponta elo de fraudes com bolsonarismo

Parlamentares petistas questionaram o advogado Nelson Willians e o contador Milton Salvador, apontando elo entre fraudes bilionárias, associações laranjas e aliados do bolsonarismo

Fernanda Otero

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS ouviu, na quinta-feira (18), o advogado Nelson Willians Fratoni Rodrigues e o técnico de contabilidade Milton Salvador de Almeida Júnior, diretor de empresas de Antônio Carlos Camilo, conhecido como “Careca do INSS”.

O primeiro depoimento do dia foi de Nelson Willians, sócio de um dos maiores escritórios de advocacia do país. Ele obteve um habeas corpus do ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), que lhe permitiu permanecer em silêncio perante os parlamentares. Durante a sessão, utilizou essa prerrogativa inclusive nos questionamentos do relator, deputado Alfredo Gaspar (União Brasil).

Segundo o Coaf, transações suspeitas movimentaram cerca de R\$ 4,3 bilhões do escritório entre 2019 e 2023. À CPMI, o advogado declarou ser amigo pessoal do empresário Maurício Camisotti, preso pela PF, e reconheceu a existência de operações financeiras suspeitas entre ambos.

Apesar do silêncio garantido por Nunes Marques, a bancada do PT não deixou de levantar dúvidas

sobre o envolvimento de Nelson Willians no assalto ao INSS.

Lavagem de dinheiro

O deputado Rogério Correia (PT-MG) relacionou a ascensão econômica de Camisotti ao governo Bolsonaro. O empresário é dono da Ambec, uma das associações apontadas como fraudulentas no esquema.

“A Ambec era do senhor Camisotti, que o senhor disse que é amigo dele, senhor Nelson Willians. (...) Esse amigo fez isso em 2022, com o Oliveira, que já veio aqui e depois virou ministro. E ele autorizou isso”, apontou Correia.

Correia lembrou ainda das suspeitas sobre o escritório de Nelson Willians: “O senhor estava lá fazendo lavagem de dinheiro”, acusou.

Caminhada com Pablo Marçal

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) ironizou o silêncio do depoente: “O senhor faz parte dos legendários? Já foi na caminhada promovida pelo Pablo Marçal?”.

Pimenta detalhou suspeitas sobre a Ambec, o enriquecimento ilícito de seus dirigentes e pagamentos que teriam sido feitos pelo escritório de Nelson Willians a Antônio Carlos Camilo, o “Careca do INSS”.

“O doutor Nelson Willians está dentro dessa coisa. Se é como advogado, se é como prestador de serviço, a investigação vai demonstrar. Mas não há dúvida da relação entre a Ambec, a Geap, o doutor Nelson, Camisotti e o ‘Careca’”, concluiu.

Prevaricação bolsonarista

O deputado Alencar Santana (PT-SP) criticou o silêncio do depoente e trouxe à tona entrevista de Izalci Lucas (PL-DF), que admitiu ter denunciado a fraude ao então presidente Jair Bolsonaro.

“O senador levou ao conhecimento do presidente. E a única medida foi a edição da Medida Provisória 871, cuja comissão ele presidiu. E, à época, o secretário da Previdência era Rogério Marinho. Ora, diante de uma denúncia dessas, essa foi a única medida?”, questionou Alencar.

O parlamentar exibiu ainda vídeo em que Arthur Lira cita Rogério Marinho, associado à construção do texto final da MP junto à Contag, entidade investigada pela PF.

Depoimento de Milton Salvador

Sem habeas corpus, o contador Milton Salvador de Almeida Júnior assumiu o compromisso de falar a verdade. Ele relatou que trabalhou por 14 meses para as empresas de Camilo, controlando um fluxo de R\$ 10 milhões por mês. Disse não ter desconfiado dos valores até a chegada da Polícia Federal à sua casa, em abril de 2025.

Seu depoimento foi considerado o mais colaborativo pela CPMI.

“Quer dizer o senhor foi contratado através de um perfil no LinkedIn?”, ironizou Paulo Pimenta, classificando o enredo como “um roteiro de filme de máfia”. ■



Ocupar as ruas por mais democracia e com novos atores

“Mesmo após 37 anos de Constituição Cidadã e 40 anos sem governos militares, teremos a oportunidade de virar a página?”, Paulo Ramos, coordenador do Reconexão Periferias, em artigo

Paulo Ramos

Maria da Conceição Tavares deixou-se gravar em uma aula dizendo que o Brasil tentou fazer em poucas décadas o que os países europeus levaram sécu-

los para fazer. Só não teve tempo suficiente para avaliar em quanto tempo nós conseguimos — ou não — construir uma democracia sólida legítima.

Faço esta reflexão motivado pelos acontecimentos mais recentes em que as forças democráticas ganharam força: os atos de 21 de setembro, o julgamento e a condenação de Jair Bolsonaro e sua

gangue, assim como a formação e a vitória da chapa Lula-Alckmin em 2022 para a Presidência da República.

Apesar de recentes, quando olhados em perspectiva histórica, estes fatos remontam ao processo que começou com o fim da ditadura militar, que colocava atores dos grupos políticos de Lula e de Geraldo Alckmin em aliança con-

tra os militares.

Brincando, eu costumava dizer que a chapa de 2022 parecia um comício das Diretas Já, em que se reuniam políticos de variadas agremiações partidárias em defesa da democracia e contra o regime dos generais.

Esta mesma semelhança eu notei na noite de 21 de setembro, quando, surpreso e encantado, acompanhei o show de grandes nomes da MPB no palco do ato contra a anistia no Rio de Janeiro. Em voz alta e para comigo mesmo, brinquei: quando entra o Milton Nascimento cantando Coração de Estudante? Para os menos informados, Coração de Estudante foi uma das canções que embalou os protestos da Campanha pelas eleições diretas para presidente no Brasil em 1984.

Talvez estas associações livres que me permite a minha intuição façam sentido se estivermos, pela primeira vez, vivenciando um processo de democratização realmente longo. Mesmo após 37 anos de Constituição Cidadã e 40 anos sem governos militares, teremos a oportunidade de virar a página?

A suspensão do pacto democrático que, em 2016, golpeou Dilma Rousseff e que depois levou, em 2018, Jair Bolsonaro ao cargo de presidente da nação, parece ter oportunizado que as instituições finalmente levassem generais golpistas da laia de 1964 a serem processados, julgados, condenados e presos. Feliz da geração que, ainda que tardiamente, sofreu, resistiu e ainda pode cantar as mesmas velhas canções que embalarão a resistência de antes e de agora.

Democracia nunca pode ser estanke e precisa de novos atores. Entre descontinuidades e reconfigurações das forças políticas que atuaram no fim da ditadura

militar, vimos o vigor das esquerdas em partidos que se preservaram, como PT, PDT, PCdoB e PSOL, bem como movimentos como a CUT, UNE, MNU e MST. Com o povo na rua, renova-se a esperança... e nossa tarefa, como partido de esquerda, é fortalecer as reivindicações por direitos que vêm das periferias, das camadas excluídas, mas mobilizadas para conseguirmos um novo ciclo de democratização!

O que fazer agora que esquerda retoma às ruas após anos de refluxo?

Maria da Conceição Tavares deixou-se gravar em uma aula dizendo que o Brasil tentou fazer em poucas décadas o que os países europeus levaram séculos para fazer. Só não teve tempo suficiente para avaliar em quanto tempo nós conseguimos - ou não - construir uma democracia plena e legítima.

Faço esta reflexão motivado pelos acontecimentos mais recentes em que as forças democráticas ganharam força: os atos de 21 de setembro, o julgamento e a condenação de Jair Bolsonaro e sua gangue. E até mesmo a formação e a vitória de chapa Lula-Alckimin em 2022 para a Presidência da República.

Apesar de recentes, se olhados na longa distância do tempo, estes fatos remontam ao processo que começou com o fim da ditadura militar, que colocava atores dos grupos políticos de Lula e de Geraldo Alckimin em aliança contra os militares.

Brincando, eu costumava dizer que a chapa de 2022 parecia um comício das Diretas Já, em que aninham políticos de variadas agremiações partidárias em defesa da democracia e contra o regime dos generais.

Esta mesma semelhança eu notei na noite 21 de setembro, quando, surpreso e encantado, acompanhei o show de grandes nomes da MPB no palco do ato contra a anistia no Rio de Janeiro. Em voz alta e para comigo mesmo brinquei: quando entra o Milton Nascimento cantando Coração de Estudante? Para os menos informados, Coração de Estudante foi uma das canções que embalou os protestos da Campanha pelas eleições diretas para presidente no Brasil em 1984.

Talvez estas associações livres que me permitem a minha intuição façam sentido se estivermos, pela primeira vez tomando um processo de democratização realmente longo. Mesmo após 37 anos de constituição cidadã e 40 anos sem governos militares, teremos a oportunidade de virar a página?

A suspensão do pacto democrático que em 2016 golpeou Dilma Rousseff e que depois levou, em 2018, Jair Bolsonaro ao cargo de presidente da nação, parece ter oportunizado que as instituições levassem generais golpistas da laia de 1964 a serem processados, julgados, condenados e presos. Feliz da geração que, ainda que tardiamente, sofreu, resistiu e ainda pode cantar as mesmas velhas canções que embalarão a resistência de antes e de agora.

Entre descontinuidades e reconfigurações das forças políticas que atuaram no fim da ditadura militar, vimos o vigor das esquerdas em partidos que se preservaram como PT, PDT e PCdoB, motivando a CUT, UNE, MNU e MST.

Com o povo na rua, renova-se a esperança, e nossa tarefa como o maior partido de esquerda do país e do mundo é fortalecer as reivindicações por direitos que vêm das periferias para conseguirmos um novo ciclo de democratização! ■



Nas ruas, o grito contra a anistia e a PEC da Impunidade ecoou mais alto que o silêncio dos golpistas

O recado das ruas aos golpistas

Nas ruas, milhares ecoaram o recado contra a anistia e a PEC da Impunidade; para Lindbergh Farias, líder do PT na Câmara, a democracia não admite concessões aos golpistas

Lindbergh Farias

A democracia brasileira vive um momento decisivo. Os atos históricos do dia 21 de setembro, que levaram milhares de cidadãos às ruas em diversas cidades, enviaram uma mensagem translúcida: não há espaço para anistia ou redução de penas para golpistas assim como para a chamada PEC da Impunidade.

A força dessas manifestações, as maiores da esquerda nos últimos anos, enterrou simbolicamente

o discurso falso da extrema direita sobre uma suposta reconciliação nacional baseada no esquecimento dos crimes cometidos contra o Estado Democrático de Direito.

As novas sanções decretadas pelo governo de extrema-direita dos Estados Unidos contra o Brasil, sob a Lei Magnitsky, revelaram o jogo político por trás da ofensiva. Atingir a esposa do ministro Alexandre de Moraes e revogar o visto do Advogado-Geral da União, Jorge Messias, não é um movimento por “pacificação”.

Trata-se, isto sim, de uma escalada calculada para constranger e

intimidar o Supremo Tribunal Federal (STF) no curso do julgamento dos golpistas do 8 de janeiro. Fica claro que a extrema-direita não recua; ela escala e fustiga as instituições democráticas.

E, por trás desse movimento, um dos agentes centrais é o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que se encontra nos EUA conspirando contra o Brasil, sustentado pelo contribuinte brasileiro, já que seu mandato ainda não foi cassado, como deveria.

As propostas de anistia e redução de penas em tramitação no Congresso, somadas a essa inaceitável ingerência estrangeira, são



partes de uma mesma engrenagem. O objetivo único é o de blindar aqueles que atentaram contra as instituições e tentaram abolir violentamente o Estado Democrático de Direito.

A população brasileira não se deixa enganar por esses traidores da pátria. Pesquisas mostram que a rejeição ao bolsonarismo atingiu patamares elevados – o ex-capitão chegou a 64% de rejeição na pesquisa Quest – justamente porque a máscara caiu. O falso discurso de “ética e combate à corrupção”, já questionado antes, agora foi substituído pelo abraço à “PEC da Bandidagem”.

O sentimento popular é de rejeição à hipocrisia da extrema-direita. O cenário exige é uma nova

agenda à sociedade, como a isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil, a tributação dos ricos e fortalecimento da Polícia Federal no combate ao crime organizado.

A proposta de reduzir as penas dos envolvidos no 8 de janeiro é uma afronta gravíssima à Constituição. Não se trata de uma lei de caráter abstrato e genérico, mas de uma norma concreta e específica, feita sob medida para atender a um grupo determinado: Jair Bolsonaro e os militares da trama golpista. Isso caracteriza flagrante desvio de finalidade legislativa.

Tentar alterar as penas no meio do julgamento configura possível obstrução de Justiça, uma tentativa grosseira de restringir o exercício da função jurisdicional,

ferindo a sagrada separação dos Poderes. O artigo 59 do Código Penal estabelece que a pena deve ser “necessária e suficiente para prevenir e reprimir os delitos”. A proposta em análise viola frontalmente essa diretriz, abrindo espaço para a impunidade e a consolidação de um “golpe continuado”.

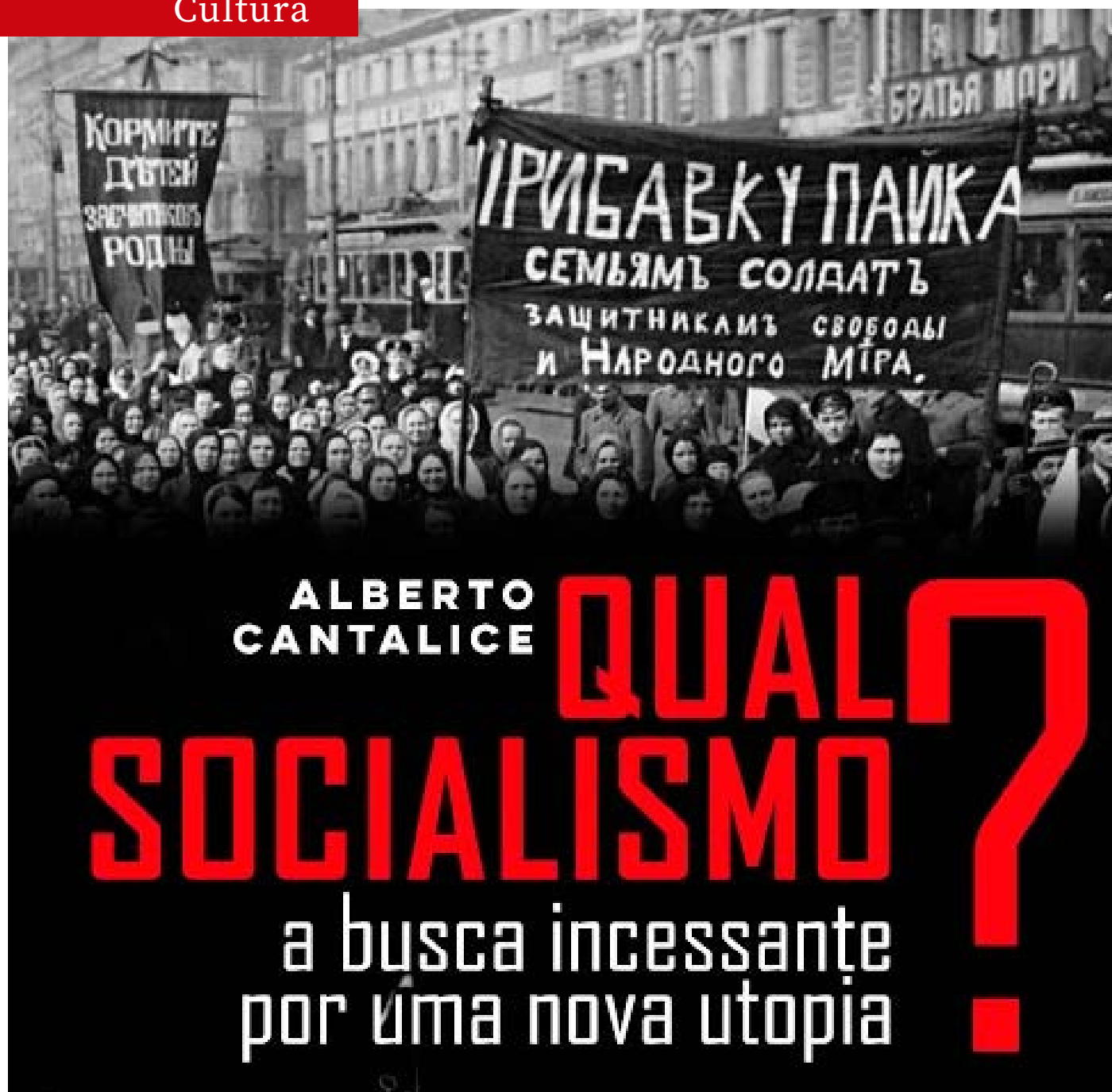
É inaceitável. A proposta equipara crimes de extrema gravidade, como golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito, a delitos de menor potencial ofensivo. A pena sugerida, de 2 a 6 anos, é inferior à de um furto qualificado – como o caso de duas pessoas que subtraem um botijão de gás.

Alemanha, Inglaterra, França e os próprios EUA estabelecem penas severíssimas, incluindo prisão perpétua para crimes contra a segurança do Estado. O Brasil não pode correr o risco de adotar uma das legislações mais brandas do mundo, gerando um perigoso retrocesso e estímulos para novas aventuras golpistas.

O recado das ruas é claro: não aceitaremos que a democracia seja sacrificada. Não há democracia sem responsabilidade, nem Estado de Direito sem punição proporcional para quem tentou destruí-lo.

O presidente Lula, na Assembleia Geral da ONU, levou a mensagem do povo brasileiro de que nossa soberania e nossa democracia não são negociáveis. E foi essa a mensagem da esquerda nas ruas, com a bandeira brasileira. Os bolsonaristas, ao contrário, de forma submissa vestem bonés de Trump, estendem a bandeira dos EUA e apoiam sanções que causam prejuízos a empresas e trabalhadores brasileiros. Mas estão enganados: o Brasil não se ajoelhará a traidores da Pátria, como mostrou o povo nas ruas em 21 de setembro. ■

Deputado federal (PT-RJ) e líder do partido na Câmara dos Deputados



Entrevista: Alberto Cantalice lança livro e discute os caminhos de uma nova Utopia em “Qual socialismo?”

Focus Brasil reproduz a entrevista de Alberto Cantalice ao site Criativos. Cantalice é autor do livro “Qual socialismo?” (Ed. Hucitec) lançado na última sexta (19), no Rio de Janeiro

Alberto Cantalice nasceu em 1964, no início dos anos de chumbo. É formado em Direito e tem curso de formação de quadros no Instituto de Estudos Sociais, em Moscou, na antiga da União Soviética. Militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) até 1990, e participou representando o partido na juventude do MDB, quando da ilegalidade.

Participou do movimento estudantil secundarista na cidade de Nova Iguaçu (RJ), de onde é originário, refundando a União Iguaçuana de Estudantes Secundaristas (UIES), extinta pela ditadura, atuou no movimento associativo urbano, no Movimento Amigos de Bairro (MAB) e na Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ).

Nesse período, no PCB, foi membro das direções de base e intermediárias. Por entender que estava esgotado o ciclo de partidos de quadros descolados da vida cotidiana do povo, entrou no Partido dos Trabalhadores (PT), em 1991. E nele, ocupou a presidência do Diretório Municipal de Nova Iguaçu (RJ), e, por dois mandatos, a presidência do Diretório Regional do Rio de Janeiro.

É membro do Diretório Nacional do PT. Foi secretário de comunicação e vice-presidente do PT Nacional de 2013 a 2020. Atualmente é diretor de comunicação da Fundação Perseu Abramo (FPA), órgão do Partido dos Trabalhadores responsável pela formação política e produção de conhecimento. É também na FPA, um dos coordenadores do Núcleo de Apoio às Políticas Públicas (NAPP) de Segurança Pública, desde 2021.

- Alberto, já muito jovem, você militava no Partidão (PCB), che-

gando a estudar na antiga União Soviética. Você nasceu em uma família politizada, certamente, e qual, ou quais foram suas inspirações ainda quando menino?

- A minha opção pelo PCB começou nas minhas idas à sede do antigo MDB, em Nova Iguaçu, em 1976 na campanha de Francisco Amaral para prefeito. No início a candidatura foi impugnada pelo juiz eleitoral, dizendo ser Chico apoiado por comunistas. Foi a primeira vez que ouvi diretamente essa palavra: comunista.

Antes já tinha ouvido esparsamente que o meu tio - já falecido - Arthur Cantalice teria sido preso em 1973, por vinculações com os comunistas. Foi a partir das reuniões do MDB que em contato com os velhos comunistas de Nova Iguaçu, que acabei me vinculando.

- O fim da União Soviética, motivou sua entrada no Partido dos Trabalhadores, em 1991, ou foi só uma coincidência, pois você já costurava a mudança, como disse, para um partido mais envolvido com a vida cotidiana do povo?

- O fim da União Soviética, o isolamento do PCB, e a proposta de criação do então PPS. Sem base orgânica e descolado do povo me fez buscar um caminho alternativo. Percebi que só com vínculos efetivos com as classes trabalhadoras, se poderia vislumbrar mudanças substantivas na política e na vida brasileira. Por isso a opção pelo Partido dos Trabalhadores.

Sendo um dirigente destacado do PT, passando por várias instâncias importantes do partido mais consistente entre as agremiações progressistas do continente, como você vê comentários, de que o partido abandonou suas origens, se distanciando das bases?

O PT que no seu início tinha uma visão exclusivista e até sectária quanto a política de alianças, passou por um "atualização". Foram essas alianças, cujo ápice

foi o 2º turno das eleições de 1989, que permitiu que Lula virasse presidente da República em 2002.

Quanto às críticas, algumas procedem. Houve uma certa burocratização das instâncias dirigentes; uma incompreensão das mudanças no mundo do trabalho e uma institucionalização exacerbada. Entretanto, 550 mil petistas participaram da recente eleição interna. O PT está presente em todas as grandes comunidades periféricas do país. Retomou seus laços com o mundo da cultura. O país mudou. O PT não ficaria imune a essas mudanças.

- Num mundo que parece se inclinar para a extrema direita como se voltasse aos anos 20, 30, do século passado, uma nova utopia parece urgente, mesmo. Há esperança? O modelo chinês pode ser um alento?

- O PT defende o socialismo democrático. Defende a alternância de governo e é contra partido único. Tal qual os chineses dizem que o socialismo deles é de características chinesas, o nosso tem que ser autenticamente brasileiro. É preciso, no entanto, superar os limites do capitalismo predador. O capitalismo neo e ultraliberal, hoje platformizado e que inverteu a própria lógica do capitalismo da época de Marx: o circuito: mercadoria, dinheiro, mercadoria. Não há futuro para as novas gerações. É o socialismo com mercado, ou então a barbárie.

- Fale algo que seja de seu interesse e eu não perguntei. Comente também sobre o livro, se quiser - sem spoiler, claro.

- Fiz esse livro com o título Qual Socialismo: a busca incessante por uma nova utopia, como uma tentativa de dialogar com os ativistas políticos. Principalmente os jovens. Tracei uma breve trajetória das ideias socialistas e proponho o desafio por um novo modelo. Já que tanto o capitalismo, quanto o velho modelo socialista estão esgotados. ■



ONU 2025: Lula defende democracia e combate à fome; leia discurso completo

Na abertura da 80ª Assembleia Geral da ONU, presidente defende democracia, multilateralismo e conclamação das nações contra a fome, a pobreza e os retrocessos autoritários

Redação Focus Brasil

Na manhã desta terça-feira (23), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu os debates da 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas com um discurso que combinou firmeza política e apelo humanista. Falando a líderes de todo o mundo, Lula reafirmou que a soberania e a democracia do Brasil são inegociáveis, defendeu o multilateralismo e a necessidade de fortalecer a ONU diante das crises atuais.

O presidente destacou o mar-

co histórico de o Brasil ter saído novamente do Mapa da Fome em 2025, lembrando que 670 milhões de pessoas ainda passam fome no mundo. “A única guerra de que todos podem sair vencedores é a que travamos contra a fome e a pobreza. Esse é o objetivo da Aliança Global que lançamos no G20, que já conta com o apoio de 103 países”, disse, aplaudido em diversos trechos.

Democracia e justiça social

Lula alertou que a pobreza é terreno fértil para ataques à democracia. “A democracia falha quando mulheres ganham menos

que os homens ou morrem pelas mãos de parceiros. Perde quando fecha portas e culpa migrantes. A pobreza é tão inimiga da democracia quanto o extremismo”, afirmou.

O presidente defendeu menos gastos com guerras e mais investimento em inclusão social, propondo alívio da dívida de países pobres, padrões mínimos de tributação global e maior contribuição dos super-ricos.

Soberania brasileira

Em tom firme, Lula ressaltou que as instituições do Brasil deram uma resposta inequívoca aos que atentaram contra a ordem de-

mocrática. “Diante dos olhos do mundo, o Brasil deu um recado a todos os candidatos a autocratas: nossa democracia e nossa soberania são inegociáveis. Seguiremos como nação independente e como povo livre de qualquer tipo de tutela.”

Comércio e plataformas digitais

Ao tratar da crise no comércio internacional, defendeu a refunção da OMC em bases modernas e flexíveis. Também cobrou regulação das plataformas digitais: “Regular não é restringir a liberdade de expressão, é proteger os vulneráveis e impedir a propagação do ódio e da desinformação.”

Conflitos globais e América Latina

Sobre Gaza, Lula foi categórico: “O povo palestino corre o risco de desaparecer. Só sobreviverá com um Estado independente e integrado à comunidade internacional.” Também defendeu diálogo na Venezuela, solidariedade ao Haiti e criticou a inclusão de Cuba como país que patrocina o terrorismo. Em relação à Ucrânia, reafirmou que “não haverá solução militar”.

Lula encerrou lembrando as mortes recentes de Pepe Mujica e do Papa Francisco, exaltando seus legados de justiça e paz. “O amanhã é feito de escolhas diárias e é preciso coragem de agir para transformá-lo. No futuro que o Brasil vislumbra não há espaço para a reedição de rivalidades ideológicas.”

A participação brasileira reafirmou uma tradição que vem desde 1955: o Brasil foi o primeiro país a falar na abertura da Assembleia Geral da ONU. Neste ano, em que a ONU completa 80 anos, Lula levou ao centro da diplomacia

mundial a defesa da democracia, da paz e do desenvolvimento sustentável — bandeiras que marcam a política externa de seu governo.

Leia o discurso na íntegra:

Discurso do presidente Lula na abertura do Debate Geral da 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas

Senhora Presidenta da Assembleia Geral, Annalena Baerbock, Senhor Secretário-Geral, António Guterres,

Caros chefes de Estado e de Governo e representantes dos Estados-Membros aqui reunidos.

Este deveria ser um momento de celebração das Nações Unidas.

Criada no fim da Guerra, a ONU simboliza a expressão mais elevada da aspiração pela paz e pela prosperidade.

Hoje, contudo, os ideais que inspiraram seus fundadores em São Francisco estão ameaçados, como nunca estiveram em toda a sua história.

O multilateralismo está diante de nova encruzilhada.

A autoridade desta Organização está em xeque.

Assistimos à consolidação de uma desordem internacional marcada por seguidas concessões à política do poder.

Atentados à soberania, sanções arbitrárias e intervenções unilaterais estão se tornando a regra.

Existe um evidente paralelo entre a crise do multilateralismo e o enfraquecimento da democracia.

O autoritarismo se fortalece quando nos omitimos frente a arbitrariedades.

Quando a sociedade internacional vacila na defesa da paz, da soberania e do direito, as consequências são trágicas.

Em todo o mundo, forças antidemocráticas tentam subjugar as

instituições e sufocar as liberdades.

Cultuam a violência, exaltam a ignorância, atuam como milícias físicas e digitais, e cerceiam a imprensa.

Mesmo sob ataque sem precedentes, o Brasil optou por resistir e defender sua democracia, reconquistada há quarenta anos pelo seu povo, depois de duas décadas de governos ditatoriais.

Não há justificativa para as medidas unilaterais e arbitrárias contra nossas instituições e nossa economia.

A agressão contra a independência do Poder Judiciário é inaceitável.

Essa ingerência em assuntos internos conta com o auxílio de uma extrema direita subserviente e saudosa de antigas hegemonias.

Falsos patriotas arquitetam e promovem publicamente ações contra o Brasil.

Não há pacificação com impunidade.

Há poucos dias, e pela primeira vez em 525 anos de nossa história, um ex-chefe de Estado foi condenado por atentar contra o Estado Democrático de Direito.

Foi investigado, indiciado, julgado e responsabilizado pelos seus atos em um processo minucioso.

Teve amplo direito de defesa, prerrogativa que as ditaduras negam às suas vítimas.

Diante dos olhos do mundo, o Brasil deu um recado a todos os candidatos a autocratas e àqueles que os apoiam: nossa democracia e nossa soberania são inegociáveis.

Seguiremos como nação independente e como povo livre de qualquer tipo de tutela.

Democracias sólidas vão além do ritual eleitoral.

Seu vigor pressupõe a redução das desigualdades e a garantia dos direitos mais elementares: a

alimentação, a segurança, o trabalho, a moradia, a educação e a saúde.

A democracia falha quando as mulheres ganham menos que os homens ou morrem pelas mãos de parceiros e familiares.

Ela perde quando fecha suas portas e culpa migrantes pelas mazelas do mundo.

A pobreza é tão inimiga da democracia quanto o extremismo.

Por isso, foi com orgulho que recebemos da FAO a confirmação de que o Brasil voltou a sair do Mapa da Fome neste ano de 2025.

Mas no mundo, ainda há 670 milhões de pessoas famintas. Cerca de 2,3 bilhões enfrentam insegurança alimentar.

A única guerra de que todos podem sair vencedores é a que travamos contra a fome e a pobreza.

Esse é o objetivo da Aliança Global que lançamos no G20, que já conta com o apoio de 103 países.

A comunidade internacional precisa rever as suas prioridades:

- Reduzir os gastos com guerras e aumentar a ajuda ao desenvolvimento;
- Aliviar o serviço da dívida externa dos países mais pobres, sobretudo os africanos; e
- Definir padrões mínimos de tributação global, para que os super-ricos paguem mais impostos que os trabalhadores.

A democracia também se mede pela capacidade de proteger as famílias e a infância.

As plataformas digitais trazem possibilidades de nos aproximar como jamais havíamos imaginado.

Mas têm sido usadas para semear intolerância, misoginia, xenofobia e desinformação.

A internet não pode ser uma “terra sem lei”. Cabe ao poder público proteger os mais vulneráveis.

Regular não é restringir a liberdade de expressão. É garantir que o que já é ilegal no mundo real seja tratado assim no ambiente virtual.

Ataques à regulação servem para encobrir interesses escusos e dar guarida a crimes, como fraudes, tráfico de pessoas, pedofilia e investidas contra a democracia.

O Parlamento brasileiro corretamente apressou-se em abordar esse problema.

Com orgulho, promulguei na última semana uma das leis mais avançadas do mundo para a proteção de crianças e adolescentes na esfera digital.

Também enviamos ao Congresso Nacional projetos de lei para fomentar a concorrência nos mercados digitais e para incentivar a instalação de datacenters sustentáveis.

Para mitigar os riscos da inteligência artificial, apostamos na construção de uma governança multilateral em linha com o Pacto Digital Global aprovado neste plenário no ano passado.

Senhoras e senhores,

Na América Latina e Caribe, vivemos um momento de crescente polarização e instabilidade.

Manter a região como zona de paz é nossa prioridade.

Somos um continente livre de armas de destruição em massa, sem conflitos étnicos ou religiosos.

É preocupante a equiparação entre a criminalidade e o terrorismo.

A forma mais eficaz de combater o tráfico de drogas é a cooperação para reprimir a lavagem de dinheiro e limitar o comércio de armas.

Usar força letal em situações que não constituem conflitos armados equivale a executar pessoas sem julgamento.

Outras partes do planeta já testemunharam intervenções que

causaram danos maiores do que se pretendia evitar, com graves consequências humanitárias.

A via do diálogo não deve estar fechada na Venezuela.

O Haiti tem direito a um futuro livre de violência.

E é inadmissível que Cuba seja listada como país que patrocina o terrorismo.

No conflito na Ucrânia, todos já sabemos que não haverá solução militar.

O recente encontro no Alaska despertou a esperança de uma saída negociada.

É preciso pavimentar caminhos para uma solução realista.

Isso implica levar em conta as legítimas preocupações de segurança de todas as partes.

A Iniciativa Africana e o Grupo de Amigos da Paz, criado por China e Brasil, podem contribuir para promover o diálogo.

Nenhuma situação é mais emblemática do uso desproporcional e ilegal da força do que a da Palestina.

Os atentados terroristas perpetrados pelo Hamas são indefensáveis sob qualquer ângulo.

Mas nada, absolutamente nada, justifica o genocídio em curso em Gaza.

Ali, sob toneladas de escombros, estão enterradas dezenas de milhares de mulheres e crianças inocentes.

Ali também estão sepultados o Direito Internacional Humanitário e o mito da superioridade ética do Ocidente.

Esse massacre não aconteceria sem a cumplicidade dos que poderiam evitá-lo.

Em Gaza a fome é usada como arma de guerra e o deslocamento forçado de populações é praticado impunemente.

Expresso minha admiração aos judeus que, dentro e fora de Israel, se opõem a essa punição coletiva.

O povo palestino corre o risco de desaparecer.

Só sobreviverá com um Estado independente e integrado à comunidade internacional.

Esta é a solução defendida por mais de 150 membros da ONU, reafirmada ontem, aqui neste mesmo plenário, mas obstruída por um único veto.

É lamentável que o presidente Mahmoud Abbas tenha sido impedido pelo país anfitrião de ocupar a bancada da Palestina nesse momento histórico.

O alastramento desse conflito para o Líbano, a Síria, o Irã e o Catar fomenta escalada armamentista sem precedentes.

Senhora presidenta,

Bombas e armas nucleares não vão nos proteger da crise climática.

O ano de 2024 foi o mais quente já registrado.

A COP30, em Belém, será a COP da verdade.

Será o momento de os líderes mundiais provarem a seriedade de seu compromisso com o planeta.

Sem ter o quadro completo das Contribuições Nacionalmente Determinadas (as NDCs), caminharremos de olhos vendados para o abismo.

O Brasil se comprometeu a reduzir entre 59 e 67% suas emissões, abrangendo todos os gases de efeito estufa e todos os setores da economia.

Nações em desenvolvimento enfrentam a mudança do clima ao mesmo tempo em que lutam contra outros desafios.

Enquanto isso, países ricos usufruem de padrão de vida obtido às custas de duzentos anos de emissões.

Exigir maior ambição e maior acesso a recursos e tecnologias não é uma questão de caridade, mas de justiça.

A corrida por minerais críti-

cos, essenciais para a transição energética, não pode reproduzir a lógica predatória que marcou os últimos séculos.

Em Belém, o mundo vai conhecer a realidade da Amazônia.

O Brasil já reduziu pela metade o desmatamento na região nos dois últimos anos.

Erradicá-lo requer garantir condições dignas de vida para seus milhões de habitantes.

Fomentar o desenvolvimento sustentável é o objetivo do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, que o Brasil pretende lançar para remunerar os países que mantêm suas florestas em pé.

É chegado o momento de passar da fase de negociação para a etapa de implementação.

O mundo deve muito ao regime criado pela Convenção do Clima.

Mas é necessário trazer o combate à mudança do clima para o coração da ONU, para que ela tenha a atenção que merece.

Um Conselho vinculado à Assembleia Geral com força e legitimidade para monitorar compromissos dará coerência à ação climática.

Trata-se de um passo fundamental na direção de uma reforma mais abrangente da Organização, que contemple também um Conselho de Segurança ampliado nas duas categorias de membros.

Poucas áreas retrocederam tanto como o sistema multilateral de comércio.

Medidas unilaterais transformam em letra morta princípios basilares como a cláusula de Nação Mais Favorecida.

Desorganizam cadeias de valor e lançam a economia mundial em uma espiral perniciosa de preços altos e estagnação.

É urgente refundar a OMC em bases modernas e flexíveis.

Senhoras e senhores,

Este ano, o mundo perdeu duas personalidades excepcionais: o

ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica, e o Papa Francisco.

Ambos encarnaram como ninguém os melhores valores humanistas.

Suas vidas se entrelaçaram com as oito décadas de existência da ONU.

Se ainda estivessem entre nós, provavelmente usariam esta tribuna para lembrar:

- Que o autoritarismo, a degradação ambiental e a desigualdade não são inexoráveis;

- Que os únicos derrotados são os que cruzam os braços, resignados;

- Que podemos vencer os falsos profetas e oligarcas que exploram o medo e monetizam o ódio; e

- Que o amanhã é feito de escolhas diárias e é preciso coragem de agir para transformá-lo.

No futuro que o Brasil vislumbra não há espaço para a reedição de rivalidades ideológicas ou esferas de influência.

A confrontação não é inevitável.

Precisamos de lideranças com clareza de visão, que entendam que a ordem internacional não é um “jogo de soma zero”.

O século 21 será cada vez mais multipolar. Para se manter pacífico, não pode deixar de ser multilateral.

O Brasil confere crescente importância à União Europeia, à União Africana, à ASEAN, à CELAC, aos BRICS e ao G20.

A voz do Sul Global deve ser ouvida.

A ONU tem hoje quase quatro vezes mais membros do que os 51 que estiveram na sua fundação.

Nossa missão histórica é a de torná-la novamente portadora de esperança e promotora da igualdade, da paz, do desenvolvimento sustentável, da diversidade e da tolerância.

Que Deus nos abençoe a todos. Muito obrigado.” ■



Extrema direita mobiliza Londres e Glasgow em protestos anti-imigração

Manifestantes tomaram as ruas por dois finais de semana consecutivos em diferentes cidades britânicas, enquanto grupos antifascistas responderam em maior número, o tema imigração cresce na pauta eleitoral de 2026.

Fernanda Otero

Londres e Glasgow foram palco de protestos consecutivos contra a imigração no Reino Unido. No domingo, 21 de setembro, centenas de pessoas se reuniram no centro da capital escocesa para repetir as bandeiras que já haviam marcado o ato londrino da semana anterior: defesa das crianças, combate a uma suposta “invasão” de religiões estrangeiras, controle das fronteiras e o slogan “parem os barcos”.

Em Glasgow, os manifestantes foram superados por um protesto antirracista numericamente maior. Houve confronto entre os grupos, contido pela polícia escocesa. Um homem foi detido após agredir um policial.

Londres reúne mais de 100 mil

No sábado anterior, 14 de setembro, Londres registrou a maior manifestação anti-imigração em décadas, reunindo mais de 100 mil pessoas sob a liderança do ativista de extrema direita Stephen Yaxley-Lennon, mais conhecido como Tommy Robinson.

Com bandeiras britânicas e cartazes que ligavam imigração ao aumento da criminalidade, os manifestantes também entoaram o slogan “parem os barcos e mandem-nos para casa”.

A Polícia Metropolitana informou que pelo menos 25 pessoas foram detidas e 26 policiais ficaram feridos — quatro em estado grave. Mais de 5.000 integrantes de grupos antifascistas também marcharam pelo centro da cidade em resposta.

Mensagens externas

O ato londrino contou com a participação, por videoconferência, do bilionário Elon Musk, que falou em “erosão da Grã-Bretanha” e chegou a defender a dissolução do Parlamento britânico.

O político francês Éric Zemmour também discursou, repetindo a tese conspiratória da “grande substituição” e afirmando que povos europeus estariam sendo “colonizados pelas antigas colônias”.

Custo da política migratória

De acordo com Ed Conway, editor de economia da Sky News, o Reino Unido gastou £ 4,7 bilhões nos exercícios de 2023 e 2024 com requerentes de asilo, sobretudo em acomodações como hotéis e apartamentos.

Dados do Pew Research Center, de 2024, calculam em cerca de 900 mil os imigrantes presentes no país. Conway destacou que, em contrapartida, trabalhadores qualificados e com altos salários contribuem mais para o sistema tributário do que recebem em benefícios.

Quem é Tommy Robinson

Stephen Yaxley-Lennon, conhecido como Tommy Robinson, é figura central da extrema direita britânica. Em 2018, ele acusou falsamente um estudante sírio refugiado de atacar colegas e jovens inglesas, conteúdo que viralizou e provocou ameaças contra a vítima e sua família.

Em 2021, o Tribunal Superior britânico o condenou por difamação, fixando indenização de £ 100 mil. Em 2024, Robinson foi sentenciado a 18 meses de prisão por repetir as acusações em um documentário, apesar da ordem judicial contrária. O caso ganhou ainda mais visibilidade quando Elon Musk apoiou publicamente o ativista, retuitando o documentário para milhões de usuários. ■



Austrália, Canadá e Reino Unido reconhecem Estado da Palestina em ação conjunta antes da ONU

Líderes citaram crise humanitária em Gaza e expansão de assentamentos israelenses ao formalizar reconhecimento, em movimento coordenado às vésperas da Assembleia Geral da ONU

Fernanda Otero*

Em um movimento coordenado, os primeiros-ministros do Reino Unido, do Canadá e da Austrália – Keir Starmer, Mark Carney e Anthony Albanese, respectivamente – anunciaram neste domingo (21) o reconhecimento formal do Estado da Palestina.

Os líderes das três nações, historicamente alinhadas aos Estados Unidos, manifestaram suas posições através de redes sociais, criticando veementemente as ações militares de Israel em Gaza, responsáveis por dezenas de mi-

lhares de mortes, majoritariamente de civis inocentes.

Em suas declarações, os governos também atribuíram responsabilidade ao Hamas pelos ataques de outubro de 2023, que resultaram em centenas de mortes e sequestros em território israelense. Todos foram enfáticos em afirmar que o grupo não deve ter qualquer participação no futuro Estado Palestino.

Os anúncios ocorrem às vésperas da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, e na véspera de uma conferência internacional de alto nível sobre a questão palestina, convocada pela França e pela Arábia Saudita.

Austrália

Anthony Albanese descreveu o reconhecimento como parte de “um esforço internacional coordenado” para revitalizar a solução de dois estados, com base em um cessar-fogo imediato e na libertação dos reféns. Ele enfatizou o papel crucial da Liga Árabe e dos Estados Unidos nesse processo.

Canadá

O primeiro-ministro Mark Carney reafirmou o apoio histórico de seu país à solução de dois Estados desde 1947, mas lamentou que ações recentes tenham comprometido essa perspectiva. Ele citou tanto as ameaças do Hamas

Reconhecimento conjunto marca virada diplomática entre aliados históricos dos EUA e fortalece pressão internacional por uma solução de dois Estados

contra Israel quanto o que classificou como “contribuição do governo israelense para o desastre humanitário em Gaza”, incluindo a restrição ao acesso a alimentos e itens essenciais – situação que, segundo autoridades de saúde locais, já causou mais de 65 mil mortes.

Carney ainda criticou a expansão de assentamentos israelenses na Cisjordânia, considerada ilegal perante o direito internacional, e declarou: “É nesse contexto que o Canadá reconhece o Estado da Palestina e se oferece como parceiro na construção de um futuro pacífico”.

Reino Unido

Em mensagem gravada divulgada no domingo, Keir Starmer afirmou: “declaro, como primeiro-ministro, que o Reino Unido reconhece formalmente o Estado da Palestina”. Ele defendeu que israelenses e palestinos merecem viver em segurança e reconstruir suas vidas longe do medo, condenando ao mesmo tempo o Hamas como “organização terrorista brutal” e exigindo a libertação ime-

diata de todos os reféns. Starmer também responsabilizou Israel pela crise humanitária em Gaza e pelo alto número de baixas civis.

Este anúncio conjunto segue decisões similares tomadas anteriormente por Espanha, Noruega e Irlanda em maio de 2024. O Brasil havia reconhecido o Estado Palestino ainda em 2010, com base nas fronteiras de 1967 e com capital em Jerusalém Oriental.

“Conferência Internacional de Alto Nível para a Resolução Pacífica da Questão da Palestina e a Implementação da Solução de Dois Estados”, coordenada por França e Arábia Saudita

Presidente Lula discursou na Conferência; embaixador de Israel na ONU descreve iniciativa como “teatro”

Na segunda-feira, 22, aconteceu a Conferência Internacional de Alto Nível para a Resolução Pacífica da Questão da Palestina e a Implementação da Solução de Dois Estados, copresidida pela França e pela Arábia Saudita.

O presidente da França, Emmanuel Macron, confirmou que o seu país reconhece formalmente o Estado da Palestina, sublinhando que esse passo não diminui os direitos de Israel, mas reforça a possibilidade de ambos viverem em paz e segurança. Macron destacou ainda a urgência de libertar os 48 reféns israelenses detidos pelo Hamas e de pôr fim aos ataques em Gaza.

O Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que um Estado se assenta em três pilares, território, população e governo, e “que todos têm sido sistematicamente negados à Palestina.”

O líder brasileiro afirma que o que se vê em Gaza é uma tentativa de aniquilamento e “que a fome não apenas enfraquece o corpo, mas destrói a alma”, relem-

brando que o Brasil reconheceu a Palestina já em 2010 e apelando a outros países para seguirem o mesmo caminho.

Em seu discurso de abertura, a presidente da Assembleia geral, Annalena Baerbock, enfatizou que a conferência é uma oportunidade para encontrar uma solução não por meio de guerras intermináveis, mas por via diplomática, sublinhando ainda que a solução é de dois Estados. Ela afirmou que essa é a “única maneira de garantir que tanto israelenses quanto palestinos possam viver em paz, segurança e dignidade duradouras”.

Embaixador de Israel ataca diplomacia internacional e rejeita Estado Palestino

O embaixador de Israel na ONU, Danny Danon, criticou duramente as iniciativas de paz, classificando a próxima conferência em Paris como um “teatro” vergonhoso, desconectado do fato de que reféns ainda estarem presos em Gaza.

O diplomata afirmou que a guerra continuará até que todos os reféns sejam libertados e o Hamas seja eliminado. Declarou ainda que a solução de dois Estados está “fora de questão” após o ataque de 7 de outubro, e que Israel não reconhecerá um Estado Palestino de forma unilateral, prometendo retaliações contra países que o fizerem. Ele afirmou que o país está aumentando a presença militar na cidade de Gaza, e celebrou o deslocamento da população civil como um sinal de que as ações de Israel são levadas a sério.

Danny Danon também atacou a liderança palestina, acusando-a de financiar o terrorismo, e expressou preocupação com a saúde dos reféns, que estariam sem assistência médica. ■

(Com informações da Agência Brasil e da ONU)



22/09/1977

Polícia invade PUC-SP em noite de terror

Na noite de 22 de setembro de 1977, cerca de 2 mil estudantes de São Paulo e delegações de todo o país participam de ato público pela recriação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em frente ao Tuca, teatro da Pontifícia Universidade Católica (PUC), e são surpreendidos pela ação violenta de 3 mil policiais.

Sob comando do secretário da Segurança Pública, coronel Erasmo Dias, a tropa, apoiada por blindados, investiu com truculência contra os estudantes, que tentavam se abrigar dentro da universidade. O prédio foi invadido pelos

policiais, que prenderam alunos e espancaram professores. Bombas explodiram e seis estudantes sofreram queimaduras. Dezenas foram levados para o Dops.

A invasão da PUC foi uma das últimas ações violentas da ditadura contra o movimento estudantil. Três meses antes, em junho, já havia ocorrido a invasão da Universidade de Brasília (UnB) e da Faculdade de Direito da USP. O movimento, que começara a se reorganizar em 1976, ganharia cada vez mais impulso e fortaleceria a luta da sociedade pela redemocratização.

23/09/1936

Olga é deportada e entregue à gestapo

Olga Benário, mulher de Luís Carlos Prestes, é embarcada para a Alemanha. No mesmo navio, segue também Elise Ewert, mulher de Arthur Ewert. O decreto de expulsão do país de Olga Benário foi assinado em 27 de agosto por Getúlio Vargas, que desprezou sua gravidez e seu casamento com um brasileiro, situações que lhe garantiriam a permanência no país.

Filinto Müller já havia combinado com oficiais da Gestapo, a temida polícia política alemã, que ela seria embarcada num navio que seguiria direto para Hamburgo (Alemanha), evitando assim que militantes antifascistas a

resgatassem em algum porto no caminho. Como Olga era judia e comunista, foi o mesmo que condená-la à morte.

No dia da deportação, os presos políticos da Casa de Detenção, onde Olga e Elise estavam encarceradas, se rebelaram, em vão, na esperança de impedir que os homens de Filinto Müller levassem à força as duas mulheres. Conduzidas ao navio “La Coruña”, menos de um mês depois, no dia 18 de outubro, estariam nas mãos da Gestapo.

Nas prisões nazistas, assim como acontecera no Brasil, Elise seria barbaramente torturada. Lá

Olga daria à luz a menina Anita, em novembro de 1936. Em 1938, Olga e Elise seriam transferidas para o campo de concentração de Lichtenburg, onde Elise, já debilitada pela fome, frio e trabalhos forçados, morreria de tuberculose, aos 32 anos.

Uma intensa campanha internacional foi movida pela libertação de Olga, mas só conseguiram a entrega da pequena Anita à avó paterna, Leocádia. Durante muito tempo, Olga, que teve a filha arrancada dos braços sem explicação, ficou sem saber o paradeiro da filha.

Em 23 de abril de 1942, Olga foi removida para o campo de extermínio de Bernburg, onde seria assassinada numa câmara de gás, antes de completar 34 anos.

Anita Leocádia Prestes viveria com a avó no México até os 8 anos. Só conheceria o pai em 1945, quando ele saiu da prisão.

Militares argentinos derrubam Perón

O presidente da Argentina, Juan Domingo Perón, é deposto pelos militares. O golpe pega de surpresa o presidente, que já havia se negado a punir os protagonistas de uma tentativa anterior de derrubá-lo e acreditava contar com o apoio das Forças Armadas.

Juan Domingo Perón era coronel e Secretário do Trabalho quando, em 1945, foi indicado candidato à presidência da República pela Junta Militar que governava a Argentina. Sua vitória nas eleições frustrou a oposição reunida na União Democrática, que congregava socialistas, comunistas, nacionalistas e democratas progressistas.

Na prática, porém, sua eleição representou a incorporação definitiva da classe trabalhadora ao corpo político da nação argentina, dando início a um novo capítulo de sua história. Desde então, a luta pelo poder na Argentina girou em torno das disputas entre peronistas e antiperonistas.

Perón começou a governar com o apoio da Igreja e das Forças Armadas e, principalmente, da classe trabalhadora. Numa época marcada pela polarização da Guerra Fria, adotou o discurso da justiça social, afirmando que seu governo não era capitalista nem comunista, representando uma “terceira posição” ideológica, o justicialismo. Tal doutrina teria como pilares a defesa da justiça social, da independência econômica e da soberania política do país, e atribuía ao Estado o papel de árbitro na mediação dos conflitos sociais.

Perón agradou a Igreja ao instituir o ensino religioso obrigatório nas escolas públicas e atraiu o apoio da classe trabalhadora com a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas.

O viés popular, entretanto, ganhou também traços autoritários. O governo passou a controlar os sindicatos e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). As prerrogativas do Poder Legislativo foram reduzidas, e as províncias sofreram intervenções que enfraqueceram a autonomia federativa. Os meios de comunicação passaram a ser censurados pela Secretaria de Imprensa e Difusão.

Em 1949, a tortura de presos políticos e as prisões arbitrárias foram denunciadas pelo jornal “La Nación”, que foi multado e teve sua redação invadida pela polícia.

Jornais de oposição passaram a enfrentar dificuldades para comprar papel, cuja importação era controlada pelo governo. “La Prensa” e “La Nación” foram obrigados a reduzir suas edições.

Reeleito em 1951 para mais um mandato presidencial, Perón alterou significativamente algumas políticas de seu governo. Passou a negociar com empresas petrolíferas internacionais, desagradando os militares nacionalistas. Revogou a lei do ensino religioso nas escolas, sancionou a lei do divórcio e, em 1955, convocou uma assembleia constituinte para estabelecer a separação entre Estado e Igreja, rompendo assim com a hierarquia católica.

Nessa fase, as oposições cres-

ceram e se fortaleceram.

A União Cívica Radical, maior força adversária do Partido Justicialista — fundado por Perón em 1947 —, elevou o tom dos ataques ao presidente. Alguns grupos de oposição optaram pela luta armada e pelo terrorismo, entre eles o Movimento de Intransigência e Renovação (MIR). A partir de então os comícios peronistas tornaram-se praças de guerra.

A conspiração contra o governo peronista ganhou força nos meios militares e civis em 1955. No dia 16 de julho, o alto escalão da Marinha pôs em prática o plano de bombardear a Casa Rosada e assassinar Perón. A execução foi desastrosa — acabou atingindo uma manifestação popular de apoio ao presidente na praça de Maio, matando mais de 300 pessoas e ferindo outras centenas.

Perón, confiante no apoio das Forças Armadas, fora surpreendido pela conspiração do alto escalão da Marinha, composto por oficiais da oposição radical.

Numa tentativa de conciliação, abriu mão de punir os militares golpistas, permitiu as atividades da oposição e declarou ser “o presidente de todos os argentinos”, o que foi interpretado como sinal de fraqueza política.

Após o golpe, Perón se exilou na Espanha. Retornaria quase 20 anos depois, sendo eleito novamente presidente da República em 1973 e morrendo poucos meses após assumir o mandato.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
Núcleo de Produção Política, Programática e Cultural



Centro de
Documentação e
Memória Política
Sérgio Buarque
de Holanda